

A black and white photograph of an elderly man with glasses, wearing a pinstriped suit and a patterned bow tie. He is seated with his arms crossed, in front of a large bookshelf filled with books. To his right, a framed picture of a classical statue is visible on a desk or shelf. The background also shows a window with a view of a city skyline across a body of water.

*O centenário de*  
**UMA LENDA**

**“Nós’ não somos o estado; o governo  
não somos ‘nós’. O estado não  
‘representa’ de nenhuma forma  
concreta a maioria das pessoas”**

Murray Rothbard

## **Sumário**

|                                                                   |           |
|-------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Prefácio .....</b>                                             | <b>3</b>  |
| <b>O igualitarismo é uma revolta contra a natureza .....</b>      | <b>5</b>  |
| <b>O mito de Adam Smith .....</b>                                 | <b>21</b> |
| <b>O sistema bancário de reservas fracionárias .....</b>          | <b>35</b> |
| <b>Os efeitos econômicos da inflação .....</b>                    | <b>42</b> |
| <b>O governo não pode gerenciar empresas eficientemente .....</b> | <b>47</b> |
| <b>Nações por consentimento .....</b>                             | <b>55</b> |
| <b>O mito do socialismo democrático .....</b>                     | <b>65</b> |
| <b>Sobre o Instituto Mises Brasil .....</b>                       | <b>74</b> |
| <b>Faça a liberdade conosco! .....</b>                            | <b>75</b> |

## Prefácio

**O ano de 2026 marca o centenário** de uma das principais figuras da história do movimento libertário. Murray Rothbard nasceu em 2 de março de 1926, em Nova York, filho único de pais imigrantes judeus.

Rothbard se descrevia como sendo “[um direitista e anticomunista convicto desde o princípio](#)”, mesmo crescendo em um ambiente novaiorquino de classe média, onde seu círculo social, composto por familiares, vizinhos e amigos, era quase que exclusivamente formado por comunistas ou simpatizantes comunistas, com seu pai sendo a única exceção.

Foi de seus pais que Rothbard herdou o amor pela leitura e a busca pelo conhecimento, algo que rendeu excelentes frutos para os campos da economia, filosofia, política e história, entre outras áreas nas quais se aventurou e para as quais contribuiu com sua visão única. Seu volume de produção era avassalador: publicou 30 livros completos, cerca de 100 capítulos e mais de 1.000 artigos — acadêmicos e populares — sobre os mais variados temas. Tudo isso antes de sua morte precoce, aos 69 anos de idade.

Sua formação primária foi em economia e, como discípulo de Ludwig von Mises, Rothbard expandiu a teoria dos ciclos econômicos e desenvolveu diversas pesquisas em história econômica aplicando a teoria austríaca. Como um bom economista, percebeu cedo que o domínio da teoria econômica pura não era o bastante. Era necessário explorar problemas relacionados e fundamentais da filosofia, da teoria política e da história.

O que distingue sua trajetória é algo mais raro: sua intransigência intelectual. Em um ambiente acadêmico cada vez mais moldado por incentivos políticos e pela busca por respeitabilidade institucional, Rothbard recusou-se a suavizar suas conclusões. Não aceitou comprometer seus princípios. No dia a dia, compromissos são necessários; mas, na busca pela verdade, compromissos não podem ser aceitos.

Por causa dessa postura, ele jamais ocupou as posições de prestígio que seu gênio justificaria. Não acumulou fortuna. Não recebeu os grandes prêmios que instituições supostamente dedicadas ao livre mercado distribuíam generosamente a reformistas moderados. Não foi agraciado com homenagens proporcionais à magnitude de sua obra.

Ainda assim, permaneceu alegre. Todos os que conviveram com ele o descreveram como uma pessoa leve e feliz. Rothbard podia ser devastador em seus textos, implacável na crítica, cirúrgico na lógica. Mas, na vida privada, era espirituoso, generoso, afável, quase sempre bem-humorado. Não demonstrava ressentimento nem nutria inveja.

Por uma espécie de justiça histórica, mesmo nunca tendo sido recompensado financeiramente à altura de suas contribuições, seu legado vive forte e sua obra é mais influente do que nunca. A força de suas ideias no debate público mostra-se mais relevante do que a de acadêmicos prestigiados de sua época, e instituições como o Mises Institute e o Instituto Mises Brasil trabalham para manter seu legado vivo.

Pensando nisso, selecionamos esta coletânea de artigos escritos por Rothbard em distintos momentos de sua vida. Iniciamos com reflexões sobre as origens do pensamento e seus fundamentos teóricos, com os artigos **“O igualitarismo é uma revolta contra a natureza”** e **“O mito de Adam Smith”**, que localizam, respectivamente, as raízes do individualismo na natureza humana e as raízes históricas das teorias econômicas de livre mercado.

Em seguida, avançamos para temas centrais da economia, como moeda, inflação e ciclos econômicos, trazendo os artigos **“O sistema bancário de reservas fracionárias”**, **“Os efeitos econômicos da inflação”** e **“O governo não pode gerenciar empresas eficientemente”**. Esses textos explicam o lado mais técnico das interferências governamentais na economia e suas trágicas consequências, demonstrando como distorções monetárias e institucionais produzem efeitos profundos e muitas vezes invisíveis sobre a sociedade.

Por fim, encerramos com análises mais diretamente políticas, nas quais as implicações práticas de suas ideias se tornam tangíveis. Aqui reunimos os artigos **“Nações por consentimento”** e **“O mito do socialismo democrático”**, nos quais Rothbard discorre sobre secessionismo, legitimidade estatal e os equívocos morais e institucionais do socialismo moderno. Nesses textos, economia, ética e teoria do Estado convergem, revelando a coerência interna de seu pensamento e sua permanente atualidade.

Boa leitura!

# O igualitarismo é uma revolta contra a natureza

Murray Rothbard

**J**á faz bem mais de um século que se tem considerado que a esquerda tem a moralidade, a justiça e o "idealismo" do seu lado; a oposição conservadora tem se limitado a apontar a "falta de praticidade" dos ideais da esquerda.

Uma visão corrente, por exemplo, é que o socialismo é fantástico "na teoria", mas que não pode "funcionar" na vida prática. O que os conservadores não perceberam é que, embora ganhos de curto prazo possam de fato ser obtidos ao se recorrer a falta de praticidade de desvios radicais do *status quo*, reconhecer que a ética e os "ideais" pertenciam à esquerda destinava-os à derrota a longo prazo.

Afinal, se se concede a ética e os "ideais" desde o início a um dos lados, então este conseguirá realizar mudanças graduais mas seguras em sua própria direção; e, à medida que essas mudanças se acumulam, o estigma da "falta de praticidade" torna-se cada menos relevante.

A oposição conservadora, tendo apostado todas as fichas na base aparentemente firme da "prática" (isto é, do *status quo*) está fadada à derrota à medida que o *status quo* aproxima-se da direção da esquerda.

O fato de que os stalinistas ultrapassados são universalmente tidos como os "conservadores" na União Soviética é uma feliz piada lógica sobre o conservadorismo; porque, na Rússia, os estatistas impenitentes são de fato os repositórios de uma "praticidade" ao menos superficial e de um apego ao *status quo* existente.

Em nenhum lugar o vírus da "praticidade" se alastrou mais do que nos Estados Unidos, porque os americanos consideram-se um povo "prático", e, assim, a oposição à esquerda, embora originalmente mais forte do que em outros países, talvez nunca tenha se mantido sobre bases menos firmes. Agora, são os defensores do livre mercado e da sociedade livre que têm de confrontar a acusação comum de "falta de praticidade."

Em nenhuma área reconheceu-se tão profundamente e quase universalmente que a justiça e a moralidade estavam do lado da esquerda quanto em seu apoio à igualdade máxima. Na verdade, é raro encontrar alguém nos Estados Unidos, principalmente um intelectual, que conteste a beleza e a virtude do ideal igualitarista. Todos estão tão

comprometidos com esse ideal que a “falta de praticidade” — isto é, o enfraquecimento dos incentivos econômicos — tem sido quase a única crítica até aos mais bizarros programas igualitaristas.

A marcha inexorável do igualitarismo é indicação suficiente da impossibilidade de evitar-se compromissos éticos; os americanos estritamente “práticos”, ao tentarem evitar doutrinas éticas, não deixam de incorrer nelas, mas agora só o fazem de maneira inconsciente, ad hoc e assistemática.

A famosa observação de Keynes de que “homens práticos, que se consideram virtualmente livres de qualquer influência intelectual, são em geral escravos de algum economista já falecido” — é verdadeira sobretudo quanto a juízos éticos e à teoria ética.<sup>1</sup>

A incontestada condição ética da “igualdade” pode ser vista na prática corrente dos economistas. Os economistas se veem com frequência diante de um problema de juízos de valor — ansiosos para fazer declarações políticas. Como eles podem fazê-las sem deixarem de ser “científicos” e livres de juízos de valor?

No campo do igualitarismo, eles têm conseguido sustentar categoricamente, com notável impunidade, um juízo de valor em defesa da igualdade. Às vezes, esse juízo é abertamente pessoal; outras vezes, o economista tem a pretensão de ser o representante da “sociedade” emitindo o juízo de valor desta. O resultado, no entanto, é o mesmo.

Considere, por exemplo, Henry C. Simons. Após criticar com razão vários argumentos “científicos” a favor do imposto progressivo, ele apoia categoricamente a progressão, da seguinte maneira:

A defesa da progressão drástica na taxaçoão tem de basear-se na crítica à desigualdade — no juízo ético ou estético de que a distribuição prevalecente de riqueza e de renda revela um grau de desigualdade que é nitidamente mau ou desagradável.<sup>2</sup>

Outra tática típica pode ser colhida de um texto-padrão sobre finanças públicas. De acordo com o professor John F. Due,

O argumento mais forte para a progressão é o fato de que a opinião consensual na sociedade hoje considera a progressão necessária para a igualdade. Isso, por sua

---

<sup>1</sup> John Maynard Keynes, *The General Theory of Employment, Interest, and Money* (New York: Harcourt, Brace, 1936), p. 383.

<sup>2</sup> Henry C. Simons, *Personal Income Taxation* (1938), pp. 18-19, citado em Walter J. Blum and Harry Kalven, Jr., *The Uneasy Case for Progressive Taxation* (Chicago: University of Chicago Press, 1953), p. 72.

vez, baseia-se no princípio de que o padrão de distribuição de renda, antes dos impostos, envolve desigualdade excessiva.

Esta “pode ser censurada com base em injustiça inerente em termos dos padrões aceitos pela sociedade.”<sup>3</sup>

Independentemente de o economista defender com coragem seus próprios juízos de valor ou ter a pretensão de refletir os valores da “sociedade”, sua imunidade a críticas tem sido extraordinária. Embora a franqueza na proclamação de valores pessoais possa ser admirável, ela certamente não é suficiente; na busca da verdade, não basta proclamar os próprios juízos de valor como se tivessem de ser aceitos como tábuas vindas do céu que não estão sujeitas a críticas e avaliações intelectuais.

Não há nenhuma exigência de que esses juízos de valor sejam em algum sentido válidos, significativos, cogentes, *verdadeiros*?

Suscitar essas considerações, é claro, significa escarnecer os cânones modernos de *wertfreiheit* pura nas ciências sociais à partir de Max Weber, assim como a tradição filosófica ainda mais antiga da separação rígida entre “fato e valor”, mas talvez já tenha chegado a hora de levantar essas questões fundamentais.

Suponha, por exemplo, que o juízo ético ou estético do professor Simons não tenha sido em defesa da igualdade, mas de um ideal social muito diferente.

Suponha, por exemplo, que ele fosse favorável ao assassinato de todas as pessoas baixas, de todos os adultos com menos de 1,80m. E suponha que ele tivesse escrito que “a defesa do extermínio de todas as pessoas baixas tem de basear-se na oposição à existência de pessoas baixas — no juízo ético ou estético de que o número prevalecente de adultos baixos é nitidamente mau ou desagradável.”

Alguém acha que a acolhida dada às observações do professor Simon por seus colegas economistas ou cientistas sociais teria sido a mesma?

Ou podemos imaginar o professor Due escrevendo, de modo semelhante, em defesa da “opinião na sociedade hoje” na Alemanha dos anos de 1930 a respeito do tratamento social conferido aos judeus. O ponto é que, em todos esses casos, a condição lógica das observações de Simons ou de Due teria sido exatamente a mesma, embora sua acolhida pela comunidade intelectual americana fosse completamente diferente.

---

<sup>3</sup> John F. Due, *Government Finance* (Homewood, Ill.: Richard D. Irwin, 1954), pp. 128-29.

Meu ponto, até agora, tem dois lados:

1. não é suficiente que um intelectual ou um cientista social proclame seus juízos de valor — esses juízos têm de ser racionalmente defensáveis e têm de ser demonstravelmente válidos, cogentes e corretos: em suma, eles não podem mais ser tratados como imunes a críticas intelectuais; e
2. o objetivo da igualdade tem sido tratado acriticamente e axiomáticamente há tempo demais como o ideal ético.

Assim, os economistas favoráveis a programas igualitaristas tipicamente pesam seu “ideal” incontestado contra possíveis efeitos desincentivadores sobre a produtividade econômica; mas o ideal em si raramente é questionado.<sup>4</sup>

Passemos, então, a uma crítica do ideal igualitarista em si — deveríamos conferir à igualdade sua condição atual de ideal ético incontestado? Em primeiro lugar, temos de confrontar a própria ideia de uma separação radical entre algo que é “verdadeiro na teoria” mas “inválido na prática.”

Se a teoria estiver correta, então ela *funciona* na prática; se ela não funcionar na prática, então é uma teoria ruim. A separação tradicional entre teoria e prática é artificial e falaciosa. Mas isso é tão verdadeiro na ética quanto em qualquer outro campo. Se um ideal ético é inerentemente “não prático”, isto é, se ele *não pode* funcionar na prática, então é um ideal insatisfatório e deve ser rejeitado de imediato.

Em termos mais precisos, se um objetivo ético viola a natureza humana e/ou o universo e, portanto, *não pode* funcionar na prática, então é um ideal ruim e deve ser rejeitado como um objetivo. Se o objetivo em si viola a natureza do homem, então também é uma má ideia trabalhar na direção daquele objetivo.

Suponha, por exemplo, que todos os homens serem capazes de voar batendo os braços tenha sido adotado como um objetivo ético universal. Presumamos que se tenha reconhecido a beleza e a virtude do objetivo dos “defensores do voo”, mas que estes tenham sido criticados por serem “não práticos.”

Mas o resultado é a desgraça social sem fim, na medida em que a

---

<sup>4</sup> Assim: “Uma Terceira linha de objeção à progressão, e infelizmente aquela que recebe mais atenção, é que ela diminui a produtividade da sociedade. Praticamente todos os que defendem a progressão no imposto sobre a renda reconheceram isso como uma consideração que faz pender a balança para o outro lado” (Blum e Kalven, *The Uneasy Case for Progressive Taxation*, p 21). O “ideal” contra o “prático” mais uma vez.

sociedade não deixa de tentar se aproximar do voo braçal, e os defensores do voo desgraçam a vida de todos por serem frouxos ou pecadores o bastante para não se manterem fiéis ao ideal comum. A crítica apropriada aqui é contestar o objetivo “ideal” em si; salientar que o objetivo em si é impossível, dados a natureza física do homem e o universo; e, assim, libertar a humanidade da escravidão a um objetivo inerentemente impossível e, portanto, mau.

Mas esta libertação nunca poderia ocorrer enquanto os contrários ao voo braçal se mantivessem apenas no âmbito da “prática” e concedessem a ética e o “idealismo” aos apologistas do voo braçal. A confrontação tem de se dar na essência — na suposta superioridade ética de um objetivo disparatado. O mesmo vale, eu sustento, para o ideal igualitarista, exceto que suas consequências sociais são muito mais nocivas do que as de uma busca incansável do voo humano autônomo. Porque a condição de igualdade provocaria danos muito mais graves sobre a humanidade.

O que, de fato, é a “igualdade”? O termo tem sido muito invocado mas pouco analisado. *A* e *B* são “iguais” se são idênticos um ao outro quanto a uma característica dada. Assim, se Smith e Jones têm exatamente 1,80m de altura, então pode-se dizer que são “iguais” em altura. Se duas estacas são idênticas em comprimento, então seus comprimentos são “iguais” etc. Existe uma e apenas uma maneira, portanto, pela qual duas pessoas podem ser “iguais” no sentido mais puro: elas têm de ser idênticas em todas as suas características. Isso significa, é claro, que a igualdade de *todas* as pessoas — o ideal igualitarista — só pode ser alcançada se todas as pessoas forem exatamente uniformes, exatamente idênticas quanto a todas as suas características. O mundo igualitário seria necessariamente um filme de terror — um mundo de criaturas sem rosto e idênticas, desprovidas de toda individualidade, variedade ou criatividade particular.

Na verdade, é exatamente nas obras de ficção de terror que as implicações lógicas de um mundo igualitário são apresentadas sem retoques. O [professor Schoeck](#) ressuscitou para nós o retrato daquele mundo no romance britânico distópico *Facial Justice*, de L.P. Hartley, em que a inveja é institucionalizada pelo estado, que garante que os rostos de todas as meninas sejam lindos na mesma medida por meio de cirurgias plásticas realizadas tanto nas meninas bonitas quanto nas feias, para nivelar a beleza de seus rostos segundo um denominador comum universal.<sup>5</sup>

Um conto de Kurt Vonnegut oferece uma descrição ainda mais completa de uma sociedade inteiramente igualitária. Vonnegut começa o conto “Harrison Bergeron” da seguinte maneira:

---

<sup>5</sup> Helmut Schoeck, [Envy](#) (New York: Harcourt, Brace, and World, 1970), pp. 149-55.

Era o ano de 2081 e todos finalmente eram iguais. Não eram iguais apenas perante Deus e a lei. Eram iguais de todas as maneiras. Ninguém era mais inteligente do que ninguém. Ninguém era mais bonito do que ninguém. Ninguém era mais forte ou mais rápido do que ninguém. Toda essa igualdade era produto das emendas 211, 212 e 213 à Constituição e da vigilância incansável dos agentes do Ministério de Incapacitação dos Estados Unidos.

A “incapacitação” se dava em parte do seguinte modo:

Hazel tinha uma inteligência exatamente mediana, o que significava que ela não conseguia pensar sobre nada exceto em breves repentinos. E George, embora sua inteligência estivesse bem acima do normal, tinha um pequeno rádio de incapacitação mental em seu ouvido. A lei obrigava-o a usá-lo sempre. Ele sintonizava um transmissor do governo. A cada vinte segundos, em média, o transmissor emitia algum barulho estridente para impedir que pessoas como George tirassem injusto proveito de seus cérebros.<sup>6</sup>

O horror que todos instintivamente sentimos ao ler essas histórias é o reconhecimento intuitivo de que as pessoas *não* são uniformes, de que a espécie, a humanidade, é excepcionalmente caracterizada por um alto grau de variedade, de diversidade e de diferenciação — em suma, de desigualdade. Uma sociedade igualitária só pode aspirar a alcançar seus objetivos por meio de métodos totalitários de coerção; e, nesse caso, todos acreditamos e esperamos que o espírito humano do indivíduo se revoltará e frustrará qualquer tentativa de se implantar um mundo de insetos. Em suma, o retrato de uma sociedade igualitária é uma história de terror porque, quando as implicações daquele mundo são apresentadas por inteiro, reconhecemos que tal mundo e as tentativas de alcançá-lo são gravemente desumanos; sendo desumano no sentido mais profundo, o objetivo igualitarista é, assim, mau, e qualquer tentativa em sua direção deve ser igualmente considerada má.

O fato extraordinário da diferença e da variabilidade (isto é, da desigualdade) humanas é evidente, dado o longo histórico de experiência humana; decorre daí o reconhecimento geral da natureza desumana de um mundo de uniformidade forçada. Social e economicamente, essa variabilidade se manifesta na divisão universal do trabalho e na “Lei de Ferro da Oligarquia” — a percepção de que, em toda organização ou atividade, alguns poucos (geralmente, os mais capazes e/ou mais interessados) se tornarão líderes, com a massa dos

---

<sup>6</sup> Kurt Vonnegut, Jr., “Harrison Bergeron,” em *Welcome to the Monkey House* (New York: Dell, 1970), p. 7.

membros ocupando as fileiras dos seguidores. Em ambos os casos, o mesmo fenômeno está em operação — sucesso fora do comum ou liderança em qualquer atividade são obtidos pelo que Jefferson chamava de uma “aristocracia natural” — aqueles que estão em sintonia mais fina com a atividade.

O antiquíssimo histórico de desigualdade parece indicar que estas variabilidade e diversidade estão baseadas na natureza biológica do homem. Mas é exatamente essa conclusão sobre a biologia e a natureza humana que é o incômodo que mais atormenta nossos igualitaristas. Nem os igualitaristas seriam capazes de negar o registro histórico, mas sua resposta é que a culpa é da “cultura”; e uma vez que eles obviamente consideram que a cultura é um puro ato da vontade, o objetivo de mudar a cultura e de inculcar o valor da igualdade na sociedade parece ser alcançável. Nesse campo, os igualitaristas abandonam qualquer pretensão de cautela científica; eles não ficam contentes ao reconhecerem que a biologia e a cultura são influências de interação mútua. A biologia deve ser expulsa do tribunal imediata e completamente.

Reflitamos sobre um exemplo que é deliberadamente um tanto frívolo. Suponha que observamos nossa cultura e descobrimos que um ditado comum é o de que “os ruivos são irritadiços.” Aqui está um juízo que contém desigualdade, uma conclusão de que os ruivos como um grupo tendem a diferir da população não ruiva. Suponha, então, que os sociólogos igualitaristas investigam o problema e descobrem que os ruivos de fato tendem a ser mais irritadiços que os não-ruivos a um nível estatisticamente relevante. Ao invés de admitirem a possibilidade de algum tipo de diferença biológica, os igualitaristas rapidamente acrescentarão que a “cultura” é responsável pelo fenômeno: o “estereótipo” aceito de modo generalizado de que os ruivos são irritadiços havia sido inculcado em cada criança ruiva desde a mais tenra idade, de modo que ela havia simplesmente internalizado tais juízos e agia da maneira pela qual a sociedade esperava que ela agisse. Os ruivos, em resumo, haviam sofrido uma “lavagem cerebral” pela cultura não-ruiva predominante.

Embora não neguemos a possibilidade de um processo assim ocorrer, essa alegação habitual parece decididamente improvável, sob uma análise racional. Afinal, os igualitaristas implicitamente supõem que o bicho-papão da “cultura” aparece e cresce ao acaso, sem referência alguma a fatos sociais. A ideia de que “os ruivos são irritadiços” não surgiu do nada ou como um mandamento divino; como, então, a ideia tomou corpo e se alastrou?

Um dos truques prediletos dos igualitaristas é atribuir todas essas declarações que identificam grupos a impulsos psicológicos obscuros. O povo tinha uma necessidade psicológica de acusar *algum* grupo social de irritabilidade, e os ruivos foram assacados como bodes

expiatórios. Mas por que os ruivos foram os escolhidos? Por que não os louros ou os morenos? A suspeita horrível começa a ganhar forma de que talvez os ruivos tenham sido os escolhidos porque eles de fato *eram* e são mais irritadiços e de que, portanto, o “estereótipo” social é simplesmente uma observação comum dos fatos da realidade. Certamente, os dados e os processos em operação se amoldam muito melhor a essa explicação, que é de resto muito mais simples.

Considerada objetivamente, essa explicação parece ser muito mais razoável do que a concepção da cultura como um espantalho arbitrário e *ad hoc*. Sendo assim, podemos concluir que os ruivos são biologicamente mais irritadiços e que a pregação dirigida aos ruivos pelos igualitaristas, exortando-os a serem menos irritadiços, é uma tentativa de induzir os ruivos a violarem sua natureza; portanto, é essa última propaganda que pode mais precisamente ser chamada de “lavagem cerebral.”

Isso não quer dizer, é claro, que a sociedade nunca possa cometer um erro e que seus juízos de identidade de grupo estejam sempre baseados em fatos. Mas me parece que o ônus da prova repousa muito mais nos ombros dos igualitaristas do que dos seus oponentes supostamente “não esclarecidos.”

Uma vez que os igualitaristas começam com o axioma *a priori* de que todas as pessoas, e portanto todos os grupos de pessoas, são uniformes e iguais, segue-se que, para eles, toda e qualquer diferença entre grupos quanto a *status*, prestígio ou autoridade na sociedade *tem* de ser o produto de “opressão” injusta e “discriminação” irracional. Provas estatísticas da “opressão” sobre os ruivos seriam apresentadas de uma maneira muito familiar na vida política norte-americana; poderia ser demonstrado, por exemplo, que a renda média dos ruivos é inferior à renda de não-ruivos, e, adicionalmente, que a proporção de executivos, professores universitários ou parlamentares ruivos é menor do que seu percentual de representação na população.

A manifestação mais recente e proeminente desse tipo de pensamento aritmético se deu no movimento McGovern, na convenção democrata de 1972. Alguns grupos são apontados como vítimas de “opressão” devido ao número de delegados presentes em convenções anteriores ter ficado aquém de seu percentual de participação na população como um todo. Em especial, mulheres, jovens, negros, chicanos (aqueles vindos do terceiro mundo) foram intitulados vítimas de opressão; em consequência, o Partido Democrata, sob a orientação do pensamento aritmético dos igualitaristas, passou por cima da escolha dos eleitores a fim de impor a devida cota de representação daqueles grupos.

Em alguns casos, o rótulo de “opressão” foi uma construção quase grotesca. O fato de os jovens de 18 a 25 anos de idade terem sido

"subrepresentados" poderia ter sido colocado em uma perspectiva apropriada por um *reductio ad absurdum*: certamente, algum exaltado reformista seguidor de McGovern poderia ter se levantado para lamentar a grave "subrepresentação" das crianças de cinco anos na convenção e para exigir que o bloco das crianças de cinco anos recebesse imediatamente o que lhe era devido. É uma consideração biológica e social marcada pelo bom senso perceber que os jovens abrem seu caminho pela sociedade por meio de um processo de aprendizagem; os jovens sabem menos e têm menos experiência do que os adultos maduros e, assim, deveria ser claro por que eles tendem a ter menos *status* e autoridade do que os mais velhos. Mas aceitar isso implicaria lançar dúvidas substanciais sobre o credo igualitarista; além disso, contrariaria o culto à juventude que é há muito tempo um problema grave da cultura norte-americana. E assim os jovens foram devidamente intitulados uma "classe oprimida", e a imposição de sua proporção na população é concebida apenas como justa reparação por sua anterior condição de explorados.<sup>7</sup>

As mulheres formam outra "classe oprimida" recém-descoberta, e o fato de que representantes políticos têm tradicionalmente sido em muito mais de 50% homens é agora considerado um sinal evidente da opressão sobre as mulheres. Os delegados das convenções políticas vêm das fileiras de ativistas partidários, e dado que as mulheres nunca foram nem de perto tão ativas politicamente quanto os homens, sua participação tem sido compreensivelmente baixa. Mas, confrontados com esse argumento, as forças em crescimento da "libertação das mulheres" nos Estados Unidos recaem no argumento talismânico a respeito da "lavagem cerebral" por nossa "cultura." Mas as liberacionistas feministas dificilmente podem negar o fato de que toda cultura e civilização na história, da mais simples à mais complexa, foram dominadas pelos homens. (Desesperadas, as liberacionistas têm ultimamente respondido com fantasias sobre o poderoso império amazônico.) Sua resposta, mais uma vez, é que desde tempos imemoriais uma cultura dominada pelo homem produz lavagens cerebrais sobre mulheres oprimidas para prendê-las aos cuidados com os filhos, à casa e ao lar doméstico. A tarefa das liberacionistas é levar a cabo uma revolução na condição feminina pela pura força da vontade, por um "despertar da consciência." Se a maioria das mulheres continuar a se ater às preocupações domésticas, isso apenas revelará a "consciência falsa" que tem de ser extirpada.

---

<sup>7</sup> Os igualitaristas, em meio a suas outras atividades, têm tido muito trabalho "corrigindo" a língua inglesa. Considera-se agora, por exemplo, que o uso da palavra "menina" humilha e degrada gravemente as mulheres jovens e implica sua subserviência natural aos adultos. Como resultado, os igualitaristas de esquerda agora se referem a meninas de praticamente todas as idades como "mulheres", e podemos esperar com confiança passar a ler sobre as atividades de "uma mulher de cinco anos de idade."

É claro, uma resposta negligenciada é que, se de fato os homens conseguiram dominar todas as culturas, então isso é em si uma demonstração da “superioridade” masculina; afinal, se ambos os gêneros são iguais, como pôde o domínio masculino surgir em todos os casos? Mas, afora essa questão, a própria biologia está sendo raivosamente negada e posta de lado. A palavra de ordem é que não há, não deve haver, não pode haver nenhuma diferença biológica entre os sexos; todas as diferenças históricas ou atuais têm de ser produto de lavagens cerebrais culturais.

Irving Howe, em sua brilhante refutação da liberacionista feminista Kate Millet, esboça várias diferenças biológicas importantes entre os sexos — diferenças importantes o bastante para ter efeitos sociais duradouros. São elas:

1. “a singular experiência feminina da maternidade”, incluindo o que o antropólogo Malinowski chama de “um vínculo íntimo e completo com a criança (...) associado a efeitos psicológicos e a emoções fortes”;
2. “os componentes hormonais de nossos corpos, os quais variam não apenas entre os sexos, mas também entre idades diferentes no mesmo sexo”;
3. “as possibilidades distintas para o trabalho criadas por níveis distintos de musculatura e de controles físicos”; e
4. “as consequências psicológicas de posturas e possibilidades sexuais diferentes,” em especial a “distinção fundamental entre papéis sexuais ativos e passivos” determinados biologicamente no homem e na mulher, respectivamente.<sup>8</sup>

Howe segue citando o reconhecimento, pela Dra. Eleanor Maccoby, em seu estudo da inteligência feminina, de que

é bem possível que existam fatores genéticos diferenciando os dois sexos e guiando seu desempenho intelectual (...) Por exemplo, há boas razões para acreditarmos que os meninos são inatamente mais agressivos do que as meninas — e digo “agressivo” em um sentido amplo, que implica não apenas brigas, mas também domínio e iniciativa — e se esse atributo está na base do desenvolvimento posterior do pensamento analítico, então os meninos têm uma vantagem que as meninas (...) dificilmente poderão superar.

A Dra. Maccoby acrescenta que “se tentarmos separar a educação de

---

<sup>8</sup> Irving Howe, “The Middle-Class Mind of Kate Millett,” *Harper's* (December, 1970): 125-26.

crianças entre meninos e meninas, poderemos descobrir o que as mulheres têm de fazer e os homens, não.”<sup>9</sup>

O sociólogo Arnold W. Green destaca o surgimento recorrente do que os igualitaristas denunciam como “papéis sexuais estereotipados” mesmo em comunidades originalmente dedicadas à igualdade absoluta. Assim, ele cita o relato dos kibbutz de Israel:

O fenômeno é mundial: as mulheres se concentram em atividades que exigem, isoladamente ou em combinação, habilidades de dona de casa, paciência e rotina, destreza manual, apelo sexual, contato com crianças. A generalização mantém-se de pé nos kibbutz de Israel, com seu firme ideal de igualdade sexual. Uma “regressão” a uma separação entre “trabalho para mulheres” e “trabalho para homens” ocorreu na divisão do trabalho, chegando-se a um estado de coisas que espelha o de outros lugares. O kibbutz é dominado por homens e por atitudes masculinas tradicionais, em equilíbrio ao conteúdo de ambos os sexos.<sup>10</sup>

Irving Howe nota certamente que, na raiz do movimento pela libertação feminina, está o ressentimento contra a própria existência da mulher como uma entidade distinta:

Porque o que parece incomodar a Senhora Millett não são meramente as injustiças que as mulheres sofreram ou as discriminações às quais elas continuam sujeitas. O que a incomoda acima de tudo (...) é a própria existência da mulher. A distinção psicobiológica das mulheres desagrade a Senhora Millett, e o máximo que ela faz é reconhecer — infelizmente, que escolha havia? — as diferenças inevitáveis da anatomia. Ela não suporta a perversa recusa da maioria das mulheres em reconhecer a magnitude de sua humilhação, a dependência vergonhosa que demonstram em relação aos homens (não muito independentes), os prazeres enlouquecedores que chegam a sentir preparando jantares para o “grupo dominante” e limpando o nariz de seus pirralhos catarrentos. Lutando contra a noção de que tais papéis e atitudes são determinados biologicamente, uma vez que até ideias biológicas lhe parecem uma maneira de reduzir para sempre as mulheres a uma condição subordinada, ela no entanto atribui à cultura um leque tão amplo de

---

<sup>9</sup> Ibid., p. 126.

<sup>10</sup> Arnold W. Green, *Sociology* (6th ed., New York: McGraw-Hill, 1972), p. 305. Green cita o estudo de A.I. Rabin, “The Sexes: Ideology and Reality in the Israeli Kibbutz,” em G.H. Seward and R.G. Williamson, eds., *Sex Roles in Changing Society* (New York: Random House, 1970), pp. 285-307.

costumes, ultrajes e males que tal cultura chega a parecer uma força mais inflexível e ameaçadora do que a própria biologia.<sup>11</sup>

Em uma crítica aguda ao movimento de libertação feminista, Joan Didion distingue sua raiz em uma rebelião não apenas contra a biologia, mas também contra a própria "organização da natureza em si":

Se a necessidade de reprodução convencional da espécie parece injusta às mulheres, então transcendamos, por meio da tecnologia, "a própria organização da natureza", a opressão, como Shulamith Firestone a via, "que percorre a história conhecida até o próprio reino animal." Eu aceito o Universo, Margaret Fuller finalmente declarou: Shulamith Firestone não o aceitou.<sup>12</sup>

Diante disso, ficamos tentados a parafrasear a advertência de Carlyle: "Por Deus, a senhora deveria."

Outra rebelião em crescimento contra normas sexuais biológicas, assim como contra a diversidade natural, é representada pelos apelos cada vez mais fortes à bissexualidade, provenientes dos intelectuais de esquerda. Os atos de evitar a heterossexualidade "rígida, estereotipada" e de adotar a bissexualidade indiscriminada deveriam alargar a consciência, eliminar distinções "artificiais" entre os sexos e tornar todas as pessoas simples e unissexualmente "humanas."

Mais uma vez, a lavagem cerebral produzida por uma cultura dominante (nesse caso, heterossexual) supostamente oprimiu uma minoria homossexual e estorvou a uniformidade e a igualdade inerentes à bissexualidade. Porque, se não, todo indivíduo poderia desenvolver ao máximo sua "humanidade" na "perversidade polimórfica" tão cara aos corações de importantes filósofos sociais da nova esquerda, como Norman O. Brown e Herbert Marcuse.

Nos últimos anos, ficou cada vez mais claro que a biologia representa uma barreira às fantasias igualitaristas. As pesquisas do bioquímico Roger J. Williams enfatizaram repetidamente a incrível amplitude da diversidade individual por todo o organismo humano. Nesse sentido,

os indivíduos diferem um do outro até nos detalhes mais minuciosos da anatomia e da química e física corporais; nas digitais dos dedos das mãos e dos pés; na textura microscópica do cabelo; no padrão de pelos do corpo, nos sulcos das mãos; na espessura da pele, sua cor, sua tendência a ficar com bolhas; na distribuição de

---

<sup>11</sup> Howe, "The Middle-Class Mind of Kate Millett," p. 124.

<sup>12</sup> Joan Didion, "The Women's Movement," *New York Times Review of Books* (Jul 30, 1972), p. 1.

terminações nervosas pela superfície do corpo; no tamanho e formato das orelhas, dos canais auditivos ou dos canais semicirculares; no comprimento dos dedos; no caráter das ondas cerebrais (pequenos impulsos elétricos emitidos pelo cérebro); no número exato de músculos no corpo; na atividade cardíaca; na força dos vasos sanguíneos; nos grupos sanguíneos; na taxa de coagulação do sangue — e assim por diante, quase ad infinitum.

Já sabemos bastante sobre como a hereditariedade funciona e sobre como é não apenas possível mas certo que cada ser humano possua, por hereditariedade, um mosaico extraordinariamente complexo, composto por milhares de itens, que é característico apenas dele.<sup>13</sup>

A base genética da desigualdade de inteligência também ficou cada vez mais evidente, apesar das ofensas emotivas lançadas sobre esses estudos tanto por cientistas quanto pelo público leigo. Estudos de gêmeos idênticos criados em meios contrastantes estão entre as maneiras pelas quais se chegou a tal conclusão; e o professor Richard Herrnstein estimou recentemente que 80% da variabilidade na inteligência humana têm origem genética. Herrnstein conclui que qualquer tentativa política de proporcionar ambientes iguais para todos os cidadãos apenas intensificará o grau de diferenças socioeconômicas provocadas pela variabilidade genética.<sup>14</sup>

A revolta igualitarista contra a realidade biológica, por mais significativa que seja, é apenas um subconjunto de uma revolta mais ampla: contra a estrutura ontológica da própria realidade, contra a “própria organização da natureza”; contra o universo como ele é. No cerne da esquerda igualitarista, está a crença patológica de que não existe nenhuma estrutura da realidade; de que todo o mundo é uma *tabula rasa* que pode ser modificada a qualquer momento e em qualquer direção desejada pelo mero exercício da razão humana — em suma, de que a realidade pode ser instantaneamente transformada pelo mero desejo ou capricho dos seres humanos. Certamente, esse tipo de pensamento infantil está no cerne do apelo apaixonado de Herbert Marcuse à negação por completo da estrutura existente da realidade e à sua transformação no que ele reputa ser seu potencial verdadeiro.

Em nenhum lugar o ataque esquerdistas à realidade ontológica se mostra mais nítido do que nos sonhos utópicos de como a futura sociedade socialista será. No futuro socialista de Charles Fourier, de acordo com

---

<sup>13</sup> Roger J. Williams, *Free and Unequal* (Austin: University of Texas Press, 1953), pp. 17, 23. Confirma também: Williams *Biochemical Individuality* (New York: John Wiley, 1963) e *You are Extraordinary* (New York: Random House, 1967).

<sup>14</sup> Richard Herrnstein, “IQ,” *Atlantic Monthly* (September, 1971).

Ludwig von Mises,

todas as feras perigosas terão desaparecido, e, em seu lugar, estarão animais que ajudarão o homem em suas atividades — ou mesmo farão seu trabalho por ele. Um anticastor cuidará da pesca; uma antibaleia empurrará os barcos em uma calmaria; um anti-hipopótomo rebocará os barcos fluviais. Ao invés do leão, haverá um antileão, um corcel de agilidade fabulosa, sobre cujo dorso o homem sentará tão confortavelmente quanto em uma carruagem bem arqueada. “Será um prazer viver em um mundo com servos assim.”<sup>15</sup>

Adicionalmente, de acordo com Fourier, os próprios oceanos conteriam limonada, em vez de água salgada.<sup>16</sup>

Fantasia igualmente absurda está na raiz da utopia marxista do comunismo. Libertadas das supostas amarras da especialização e da divisão do trabalho (o cerne de qualquer produção superior ao nível mais primitivo e, portanto, de qualquer sociedade civilizada), todas as pessoas na utopia comunista desenvolveriam ao máximo seus potenciais em qualquer direção.<sup>17</sup> Como Engels escreveu em seu *Anti-Dühring*, o comunismo daria a “cada pessoa a oportunidade de desenvolver e exercitar todas as suas faculdades, físicas e mentais, em todas as direções.”<sup>18</sup> E Lenin ansiava, em 1920, pela “abolição da divisão do trabalho entre as pessoas (...) a educação, o ensino e o treinamento das pessoas com *um desenvolvimento completo e um treinamento completo*, pessoas capazes de fazer tudo. O comunismo está marchando e tem de marchar rumo a esse objetivo, e *vai alcançá-lo*.”<sup>19</sup>

Em sua crítica mordaz da visão comunista, Alexander Gray ataca:

Que todas as pessoas possam ter a oportunidade de desenvolver todas as suas faculdades, físicas e mentais, em todas as direções, é um sonho que animará a visão apenas dos simples de espírito, alheios às restrições impostas pelos limites estreitos da vida humana. Porque a vida é uma série de atos voluntários, e cada escolha é

---

<sup>15</sup> Ludwig von Mises, [\*Socialism: An Economic and Sociological Analysis\*](#) (New Haven, Conn.: Yale University Press, 1951), pp. 163-64.

<sup>16</sup> Ludwig von Mises, [\*Human Action\*](#) (New Haven, Conn.: Yale University Press, 1949), p. 71. Mises cita o primeiro e o quarto volumes das *Oeuvres Complètes de Fourier*.

<sup>17</sup> Para mais a respeito da utopia comunista e da divisão do trabalho, confira: Murray N. Rothbard, [\*Freedom, Inequality, Primitivism, and the Division of Labor\*](#) (cap. 16 do presente livro).

<sup>18</sup> Citado em Alexander Gray, *The Socialist Tradition* (London: Longmans, Green, 1947), p. 328.

<sup>19</sup> O itálico é de Lenin. V.I. Lenin, *Left-Wing Communism: An Infantile Disorder* (New York: International Publishers, 1940), p. 34.

ao mesmo tempo uma renúncia.

Até os habitantes do futuro reino encantado de Engels terão de decidir, mais cedo ou mais tarde, se querem ser o Arcebispo de Canterbury ou o Lorde de First Sea [almirantado], se devem tentar se destacar como violinista ou pugilista, se devem optar por saber tudo sobre literatura chinesa ou sobre as páginas ocultas da vida de uma cavalinha.<sup>20</sup>

É claro que uma maneira de tentar resolver esse dilema é fantasiar que o Novo Homem Comunista do futuro será um super-homem, um super-humano em suas capacidades para transcender a natureza. William Godwin acreditava que, assim que a propriedade privada fosse abolida, o homem se tornaria imortal. O teórico marxista Karl Kautsky afirmava que, na futura sociedade comunista, “um novo tipo de homem surgirá (...) um super-homem (...) um homem exaltado.” E Leon Trotsky profetizava que, sob o comunismo,

o homem se tornará incomparavelmente mais forte, mais inteligente, superior. Seu corpo, mais harmonioso, seus movimentos, mais rítmicos, sua voz, mais musical (...) A média humana se elevará ao nível de um Aristóteles, de um Goethe, de um Marx. Acima dessas alturas, novos picos surgirão.<sup>21</sup>

Começamos considerando a visão habitual de que os igualitaristas, apesar de um quê de falta de praticidade, têm a ética e o idealismo moral do seu lado. Encerramos com a conclusão de que os igualitaristas, embora inteligentes como indivíduos, negam o próprio fundamento da inteligência humana e da razão humana: a identificação da estrutura ontológica da realidade, das leis da natureza humana e do universo. Ao fazerem isso, os igualitaristas estão agindo como crianças terrivelmente mimadas, negando a estrutura da realidade em prol da materialização rápida de suas próprias fantasias absurdas. Não apenas mimadas, mas também altamente perigosas; porque o poder das ideias é tal que os igualitaristas têm uma boa chance de destruir o próprio universo que desejam negar e transcender, destruindo estrepitosamente tal universo perante nossos ouvidos. Uma vez que sua metodologia e seus objetivos negam a própria estrutura da humanidade e do universo, os igualitaristas são profundamente anti humanos; e, portanto, sua ideologia e suas atividades também podem ser tachadas de profundamente más. Os igualitaristas *não* têm a ética do seu lado, a não ser que se sustente que a destruição da civilização,

---

<sup>20</sup> Gray, *The Socialist Tradition*, p. 328.

<sup>21</sup> Citado em Mises, [\*Socialism: An Economic and Sociological Analysis\*](#), p. 164.

e até da própria raça humana, possa ser engalanada com a coroa de louros de uma moralidade elevada e louvável.

---

Este artigo foi originalmente apresentado em uma conferência sobre diferenciação humana realizada pelo Instituto de Estudos Humanos em Gstaad, Suíça, no verão de 1972. Ele também foi publicado em um livro homônimo de uma coleção de ensaios de Murray Rothbard. Leia também no [\*Instituto Mises Brasil\*](#).

Ouçá esse artigo no [YouTube](#) e no [Spotify](#).

[Retornar ao sumário](#)

# O mito de Adam Smith

Murray Rothbard

**A**dam Smith (1723-1790) é um mistério envolto em uma charada dentro de um enigma. O mistério é a enorme e inaudita disparidade entre a exaltada reputação de Smith e a realidade de sua dúbia contribuição para o pensamento econômico.

A reputação de Smith praticamente eclipsa o sol. Desde o seu tempo até muito recentemente, pensava-se que ele havia virtualmente recriado a ciência econômica. Ele era universalmente aclamado com o Pai Fundador. Livros sobre a história do pensamento econômico, após alguns poucos e bem merecidos escárnios direcionados aos mercantilistas e alguns acenos para os fisiocratas, invariavelmente começam dizendo que Smith é o criador da disciplina da economia. Quaisquer erros que ele tenha cometido são compreensivelmente desculpados como sendo as inevitáveis falhas de todo grande pioneiro.

Inúmeras palavras já foram escritas sobre ele. No bicentenário de sua obra magna, *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* (1776), houve uma verdadeira avalanche de livros, ensaios e penduricalhos sobre o sereno professor escocês. Seu perfil esculpido em um medalhão feito por James Tassie é conhecido em todo o mundo. Até mesmo um filme hagiográfico sobre Smith foi feito por uma fundação pró-livre mercado durante o bicentenário, e empreendedores e defensores do livre mercado há muito aclamam Adam Smith seu santo padroeiro.

'Gravatas de Adam Smith' foram utilizadas como insígnia de honra pelo alto escalão do governo Reagan.

Por outro lado, os marxistas, de certa forma com mais justiça, saúdam Smith como a inspiração suprema de seu próprio Pai Fundador, Karl Marx. Com efeito, se pedíssemos ao cidadão comum para citar dois economistas históricos dos quais ele já ouviu falar, Smith e Marx provavelmente seriam os vencedores disparados da pesquisa.

Como já vimos, Smith dificilmente foi o fundador da ciência econômica, uma ciência que existiu desde os escolásticos medievais e, em sua forma moderna, desde Richard Cantillon. Mas aquilo que os alemães

costumavam classificar como o *Das AdamSmithProblem*<sup>22</sup> é algo muito mais severo do que isso. Pois o problema não é apenas que Smith não foi o fundador da ciência econômica.

O problema é que ele não originou nada que fosse verdade, e tudo que ele originou estava errado. Mesmo em uma época em que havia menos citações e notas de rodapé do que a nossa, Adam Smith foi um desavergonhado plagiador, pouco ou nunca reconhecendo suas fontes e roubando grandes nacos, por exemplo, da obra de Cantillon. Muito pior foi a completa recusa de Smith em citar ou reconhecer seu querido mentor Francis Hutcheson, de quem ele extraiu a maioria de suas ideias bem como a organização de suas escritas sobre economia e filosofia moral. Smith chegou até a escrever uma carta privada à Universidade de Glasgow falando sobre o 'nunca a ser esquecido Dr. Hutcheson', mas aparentemente a amnésia convenientemente o acometeu quando foi escrever *A Riqueza das Nações* para o público geral.<sup>23</sup>

Embora fosse um inveterado plagiário, Smith sofria de um complexo de Colombo, e acusava amigos próximos de estarem plagiando-o. E mesmo sendo um plagiador, ele plagiava mal, acrescentando novas falácias às verdades que coletava. Ao castigar Adam Smith por seus erros, portanto, não estamos sendo anacrônicos, punindo absurdamente pensadores do passado por não serem tão espertos quanto nós, que viemos depois. Pois Smith não apenas não contribuiu com nada de valor para o pensamento econômico, como também sua economia foi uma grave deterioração da economia de seus predecessores: de Cantillon, de Turgot, de seu professor Hutcheson, dos escolásticos espanhóis, e até mesmo, bizarramente, de seus próprios trabalhos anteriores, como *Escritas sobre Jurisprudência* (não publicado, 1762-63, 1766) e *a Teoria dos Sentimentos Morais* (1759).

O mistério de Adam Smith, portanto, é a imensa disparidade entre uma reputação monstruosamente hiperinflacionada e a deplorável realidade. Mas o problema é pior do que isso; não é apenas o fato de *A Riqueza das Nações* ter desfrutado de uma terrivelmente exagerada reputação desde seus dias até hoje. O problema é que *A Riqueza das*

---

<sup>22</sup> *Das AdamSmithProblem* referia-se a apenas um dos numerosos enigmas e contradições presentes na saga de Adam Smith: a enorme disparidade entre os direitos naturais – as visões laissez-faire contidas em sua obra *A Teoria dos Sentimentos Morais* – e as visões muito mais limitadas contidas em sua posterior e decisivamente influente *A Riqueza das Nações*.

<sup>23</sup> Em um iluminador artigo sobre 'Os Reconhecimentos de Adam Smith', o professor Salim Rashad escreveu que 'Foi dito por Schumpeter que essa [não reconhecer as fontes] era a prática daquela época. Isso é incorreto. Se buscarmos alguns dos trabalhos citados em *A Riqueza das Nações*, como os *Tratados sobre o Comércio de Cereais* de Charles Smith ou *Memorandos sobre o Algodão* de John Smith, veremos ali um escrupuloso reconhecimento desses autores em relação a suas dívidas intelectuais. Dentre os contemporâneos de Smith, Gibbon é bem conhecido pelo cuidado que tinha em fornecer suas referências, o mesmo sendo válido para o mais famoso escritor agrícola da época de Smith, Arthur Young.' Salim Rashed in 'Adam Smith's Acknowledgements: Neo-Plagiarism and the Wealth of Nations,' *Journal of Libertarian Studies*, 9 (Autumn 1990), p.11.

*Nações* de alguma forma conseguiu cegar todos os homens, economistas e leigos igualmente, para o fato de que outros economistas, que eram melhores, haviam existido e escrito antes de 1776. *A Riqueza das Nações* exerceu no mundo um impacto tão colossal que todo o conhecimento de economistas anteriores foi apagado – daí a reputação de Smith como o Pai Fundador da ciência econômica. O problema histórico é esse: como pôde ocorrer esse fenômeno com um livro tão derivativo, tão profundamente falho, tão menos notório que seus predecessores?

A resposta certamente não é por causa de alguma lucidez ou clareza de estilo ou de pensamento. Pois o tão reverenciado *A Riqueza das Nações* é um livro enorme, prolixo, rudimentar e confuso, repleto de ambiguidades e profundas contradições internas. É obviamente uma vantagem, na história do pensamento social, para um livro ser enorme, prolixo, rudimentar e confuso. Há uma vantagem sociológica em ser ambíguo e obscuro. O estupefato alemão Christian J. Kraus, ardoroso smithiano, certa feita se referiu a *A Riqueza das Nações* como a 'Bíblia' da economia política. De certa forma, o professor Kraus foi mais sábio do que imaginava. Pois, de certa maneira, *A Riqueza das Nações* é como a Bíblia; é possível extrair variadas e contraditórias interpretações de várias – ou até mesmo das mesmas – partes do livro.

Ademais, a própria ambiguidade e obscuridade de uma obra podem fornecer um paraíso para intelectuais, estudantes e seguidores. Progredir e ter êxito na compreensão de um tratado obscuro e difícil, organizar segmentos tenuemente percebidos em uma estrutura coerente – essas são as tarefas por si mesmas gratificantes para intelectuais. E tais livros também fornecem um bem vindo processo de exclusão embutido em sua estrutura, de modo que somente um número relativamente pequeno de adeptos pode regozijar-se de sua especialidade acerca de uma obra ou de um sistema de pensamento. Dessa maneira eles aumentam sua renda e prestígio relativos, e deixam para trás outros admiradores que prontamente se encarregam de formar o grupo de aplauso para os principais discípulos do Mestre.

Adam Smith não fundou a ciência econômica, mas ele de fato criou o paradigma da escola clássica britânica, e é sempre útil para o criador de um paradigma ser rudimentar e confuso, deixando assim espaço para os discípulos que irão tentar clarificar e sistematizar as contribuições do Mestre. Até os anos 1950, os economistas, ao menos aqueles da tradição anglo-americana, reverenciavam Smith como o fundador, e viam os posteriores desenvolvimentos da economia como um movimento linearmente ascendente em direção à luz, com Smith sendo sucedido por Ricardo e John Stuart Mill, e depois, após um pouco de divergência criada pelos austríacos nos anos 1870, com Alfred Marshall estabelecendo a economia neoclássica como sendo uma disciplina neo-ricardiana – logo, neo smithiana. De certo modo, John Maynard Keynes,

aluno de Marshall em Cambridge, pensou estar apenas preenchendo o vácuo da herança ricardiana-marshalliana.

Dentro desse enfatuado miasma de adoração a Smith, a *História da Análise Econômica* (1954) de Joseph A. Schumpeter surgiu como um autêntico arrasa-quarteirão. Oriundo das tradições continentais walrasianas e austríacas, ao invés do classicismo britânico, Schumpeter conseguiu, virtualmente pela primeira vez, lançar um olhar frio e realista sobre o celebrado escocês. Escrevendo com um desdém finamente dissimulado, Schumpeter usualmente denegria a contribuição de Smith, e essencialmente mantinha que Smith havia desviado a economia para um caminho errado, um caminho infelizmente distinto daquele traçado por seus ancestrais continentais.<sup>24</sup>

Desde Schumpeter, os historiadores do pensamento econômico adotaram amplamente uma posição de recuo. Smith, reconhecem eles, não criou nada, mas *foi* o grande sintetizador e sistematizador, o primeiro a pegar todos os segmentos dispersos de seus predecessores e costurá-los de modo a formar uma estrutura coerente e sistemática. Mas o trabalho de Smith foi o oposto do coerente e do sistemático, e Ricardo e Say, seus dois maiores discípulos, cada um deles se incumbiu da tarefa de moldar um sistema coerente fora da bagunça smithiana.

Mais ainda: embora seja verdade que os escritos pré-Smith eram incisivos porém esparsos (Turgot), ou entranhados de filosofia moral (Hutcheson), é também verdade que já havia dois tratados gerais sobre economia anteriores a *A Riqueza das Nações*. Um deles é *Essai*, a grande obra de Cantillon, a qual, após o advento de Smith, caiu em atroz esquecimento, sendo resgatada apenas um século depois por Jevons; e o outro, o primeiro livro a utilizar economia política em seu título, foi *Principles of Political Economy* (1767), uma obsoleta obra em dois volumes de Sir James Steuart (1712-80). Steuart, um jacobita [partidários dos Stuarts, após a abdicação de Jaime II do trono da Inglaterra em 1688] que esteve envolvido na rebelião do príncipe [Charles Edward Stuart](#) para restaurar a dinastia Stuart, passou grande parte da sua vida como exilado na Alemanha, onde ele se tornou imbuído da metodologia e dos ideais do 'cameralismo' alemão.

O cameralismo foi uma forma virulenta de mercantilismo absolutista que prosperou na Alemanha nos séculos XVII e XVIII. Os cameralistas, mais ainda que os mercantilistas europeus ocidentais, não eram de modo

---

<sup>24</sup> A primeira e mais consistente peça do moderno revisionismo sobre Smith veio um ano antes em dois excelentes e iluminadores artigos de Emil Kauder: 'Genesis of the Marginal Utility Theory: From Aristotle to the End of the Eighteenth Century,' in J. Spengler e W. Allen (eds), *Essays in Economic Thought* (Chicago: Rand McNally and Co., 1960), pp. 277-87; e 'The Retarded Acceptance of the Marginal Utility Theory,' *Quarterly Journal of Economics* (Nov. 1953), pp. 564-75. Porém a revisão de Schumpeter foi muito mais influente.

algum economistas – isto é, eles não analisavam os processos do mercado; eram apenas conselheiros técnicos dos soberanos, aconselhando como e de que maneira aumentar o poder estatal sobre a economia. O livro de Steuart seguia essa tradição. Quase nada falava sobre economia; encarregava-se apenas de fazer apelos para maciças intervenções governamentais e planejamentos centrais totalitários, desde detalhadas regulações do comércio, passando por um sistema de cartéis compulsórios até chegar a políticas monetárias inflacionistas. Sua única ‘contribuição’ foi refinar e expandir noções fugazes e rudimentares sobre a teoria do valor-trabalho, e elaborar uma teoria proto-marxista sobre o inerente conflito de classes da sociedade. Ademais, Steuart havia escrito um calhamaço ultramercantilista justamente na época em que o pensamento liberal clássico e laissez-faire estava em ascensão e se tornando dominante ao menos na Grã-Bretanha e na França.

Ainda que o livro de Steuart estivesse em descompasso com o emergente espírito liberal clássico da época, estava errado quem concluiu que a obra teria pouca ou nenhuma influência. O livro foi bem recebido, altamente respeitado, e apresentou boas vendas. E cinco anos após sua publicação, em 1772, Steuart ganhou a batalha contra Adam Smith para o posto de consultor monetário da Companhia das Índias Orientais.

Uma razão por que a visão de Schumpeter surpreendeu a profissão econômica é que os historiadores do pensamento econômico, similarmente aos historiadores de outras disciplinas, habitualmente tratam o desenvolvimento da ciência como sendo uma marcha linear e ascendente rumo à verdade. Cada cientista pacientemente formula, testa e descarta hipóteses, de modo que assim cada um que tenha êxito está sobre os ombros daquele que o precedeu. Essa ‘teoria progressista da história da ciência’ foi hoje amplamente descartada em prol da mais realista teoria kuhniana dos paradigmas. Para nossos propósitos, o ponto importante da teoria de Kuhn é que muito poucas pessoas testam pacientemente qualquer coisa, particularmente as hipóteses fundamentais, ou o ‘paradigma’ básico de suas teorias: e mudanças nos paradigmas podem ocorrer mesmo quando a nova teoria é pior que a antiga.

Em resumo, o conhecimento pode ser e é perdido da mesma forma que é ganho, e a ciência normalmente procede em zigue-zague ao invés de linearmente. Podemos acrescentar que isso seria particularmente verdade para as ciências sociais ou humanas. Como resultado, paradigmas e verdades básicas se perdem, e os economistas (bem como as pessoas de outras disciplinas) podem piorar, e não melhorar, ao longo do tempo. Os anos podem tanto trazer progresso quanto retrocesso.

Schumpeter arremessou uma granada no templo dos historiadores progressistas do pensamento econômico, especificamente dos

partidários da tradição de Smith-Ricardo-Marshall.<sup>25</sup>

Apresentamos assim nossa própria versão do *Das AdamSmithProblem*: como pôde uma obra tão gravemente falha como *A Riqueza das Nações* rapidamente se tornar tão dominante a ponto de apagar todas as outras alternativas? Mas antes de considerarmos essa questão, temos de examinar os vários aspectos do pensamento smithiano em mais detalhes.

## **A vida de Smith**

Adam Smith nasceu em 1723 na pequena cidade de Kirkcaldy, perto de Edimburgo. Seu pai, também Adam Smith (1679-1723), que morreu pouco antes de ele nascer, foi um eminente promotor de justiça militar da Escócia e depois o superintendente fiscal da alfândega em Kirkcaldy, que havia se casado com uma moça pertencente a uma rica família proprietária de terras. O jovem Smith foi, portanto, criado pela mãe. A cidade de Kirkcaldy era militantemente presbiteriana. Na escola em que estudou, a escola Burgh, ele encontrou vários jovens escoceses presbiterianos, sendo que um deles, John Drysdale, veio a ser por duas vezes o moderador da assembleia geral da Igreja da Escócia. Smith, de fato, veio de uma família de funcionários da alfândega. Além de seu pai, seu primo Hercules Scott Smith serviu como coletor da alfândega de Kirkcaldy; seu guardião, outro que também se chamava Adam Smith, veio a ser coletor alfandegário em Kirkcaldy bem como inspetor alfandegário em outros portos escoceses. Finalmente, um outro primo também chamado Adam Smith mais tarde veio a trabalhar como coletor alfandegário em Alloa.

De 1737 a 1740, Adam Smith estudou na Universidade de Glasgow, onde ele ficou fascinado pelas ideias de Francis Hutcheson e absorveu os encantos do liberalismo clássico, do direito natural e da economia política. Em 1740, Smith obteve seu mestrado com louvor na Universidade de Glasgow. Sua mãe o havia batizado na fé episcopal, e ela ansiava por ver o filho se tornar um ministro episcopal. Smith foi mandado ao Balliol College, em Oxford, em uma bolsa de estudos destinada a promover futuros clérigos episcopais. Porém ele se sentia infeliz por causa do péssimo nível de instrução ofertada pela Oxford daqueles tempos, e retornou após seis anos, aos 23 anos de idade, sem ter se ordenado. Não obstante seu batismo e a pressão de sua mãe, Smith permaneceu um ardente presbiteriano e, ao retornar a Edimburgo em 1746, ele ficou desempregado por dois anos.

---

<sup>25</sup> Infelizmente, desde a celebração do bicentenário de Smith ocorrida em meados da década de 1970, começou uma tendência contrarrevisionista para tentar restaurar a atitude hagiográfica que dominava antes dos anos 1950.

Finalmente, em 1748, [Henry Home](#), mais conhecido como Lord Kames, juiz e líder do iluminismo escocês, além de ser primo de David Hume, decidiu promover uma série de palestras públicas em Edimburgo para educar os advogados. Junto com o amigo de infância de Smith, James Oswald de Dunnikier, Kames conseguiu fazer com que a Sociedade Filosófica de Edimburgo patrocinasse Smith durante vários anos de palestras sobre direito natural, literatura, liberdade de comércio e liberdade individual. Em 1750, Adam Smith obteve a cadeira de teoria da lógica em sua *alma mater*, a Universidade de Glasgow, e não teve quaisquer dificuldades em fazer a Confissão de Fé de Westminster perante o Presbitério de Glasgow. Finalmente, em 1752, Smith teve a satisfação de ascender à cadeira de filosofia moral que pertenceu ao seu querido professor Hutcheson, na qual ele ficaria por 12 anos.

As palestras de Smith em Edimburgo e Glasgow foram muito populares, e a principal ênfase foi no 'sistema de liberdade natural', no sistema de direito natural e no *laissez-faire*, o qual ele vinha até então promovendo com muito menos qualificação do que em sua mais cuidadosa *A Riqueza das Nações*. Ele também conseguiu converter muitos dos principais mercadores de Glasgow a esse excitante novo credo. Smith também se atirou com entusiasmo nas associações sociais e educacionais que estavam começando a ser formadas pelo moderado clérigo presbiteriano, pelos professores universitários, pelos literatos e pelos advogados, tanto em Glasgow quanto em Edimburgo. É provável que David Hume tenha assistido às palestras de Edimburgo em 1752, pois os dois se tornaram amigos leais logo depois.

Smith foi um membro fundador da Sociedade Literária de Glasgow no ano seguinte; a sociedade se engajava em discussões e debates de alto nível, e se reunia diligentemente todas as quintas-feiras de novembro a maio. Hume e Smith eram membros, e em uma das primeiras sessões Smith leu uma descrição de alguns dos recém impressos *Discursos Políticos* de Hume. Estranhamente, os dois amigos, claramente os membros mais brilhantes da Sociedade, eram extremamente acanhados, e nunca disseram uma palavra em qualquer uma das discussões.

Não obstante seu acanhamento, Smith era um ativo e inveterado sócio de clubes, tornando-se o principal membro da Sociedade Filosófica de Edimburgo e da Sociedade Seleta (também de Edimburgo), que prosperaram durante a década de 1750 e que se reuniam semanalmente, juntando a moderada alta elite do clero, membros universitários e advogados. Smith também era membro ativo do Clube de Economia Política de Glasgow, do Oyster Club (Edimburgo), do Simson's Club de Glasgow, e do Poker Club (Edimburgo), fundado por seu amigo Adam Ferguson, professor de filosofia moral da Universidade de Edimburgo, especificamente para promover o 'espírito guerreiro'.

Como se isso não fosse o suficiente, Adam Smith foi um dos principais

contribuidores e editores da malograda *Edinburgh Review* (1755-56), dedicada amplamente à defesa de seus amigos Hume e Kames contra a linha dura evangélica do clérigo calvinista da Escócia. A *Edinburgh Review* foi fundada pelo jovem e brilhante advogado Alexander Wedderburn (1733-1805), que viria a ser juiz, depois membro do parlamento inglês e finalmente Juiz Supremo britânico (1793-1801). Wedderburn era latitudinário a ponto de defender a licença de bordeis. Outros luminares da *Edinburgh Review* eram membros da elite moderada: o político John Jardine (1715-60), cuja filha se casou com o filho de Lord Kames; o poderoso reverendo William Robertson, e o reverendo Hugh Blair (1718-1800), professor de retórica da Universidade de Edimburgo.

A intensidade do presbiterianismo de Adam Smith, ainda que ele não fosse fundamentalista, pode ser vista em sua relação com Hugh Blair. Blair, um pastor da igreja Greyfriars, em Edimburgo, estava em constante atrito com o clérigo calvinista ortodoxo, que repetidamente o denunciava aos presbitérios de Glasgow e Edimburgo. Em *A Riqueza das Nações*, Adam Smith prestou o seguinte encômio ao clérigo presbiteriano: 'Talvez seja difícil encontrar em qualquer lugar da Europa um grupo de homens mais erudito, decente, independente e respeitável do que a maior parte do clérigo presbiteriano da Holanda, de Genebra, da Suíça e da Escócia.' Seu velho amigo Blair, embora ele próprio um dos principais clérigos presbiterianos, comentou em uma carta a Smith: 'Você está, creio eu, sendo excessivamente benévolo para com o Presbitério'.

Após Smith publicar sua filosofia moral em sua obra *A Teoria dos Sentimentos Morais* (1759), sua crescente fama lhe valeu uma posição altamente lucrativa em 1764 como tutor do jovem [Duque de Buccleuch](#). Por causa desses três anos de tutoragem, os quais ele passou com o jovem duque na França, Smith foi premiado com um salário anual vitalício de £300, duas vezes seu salário anual em Glasgow. Durante esses três agradáveis anos na França, ele foi apresentado a Turgot e aos fisiocratas. Tendo completado sua tarefa tutorial, Smith voltou à sua cidade natal Kirkcaldy, onde, tranqüilo com seu ordenado vitalício, ele trabalhou por dez anos para finalizar *A Riqueza das Nações*, a qual ele já havia começado durante sua estadia na França.

A fama de *A Riqueza das Nações* levou seu orgulhoso pupilo, o Duque de Buccleuch, a dar a Smith, em 1778, o altamente bem pago posto de comissário da alfândega escocesa em Edimburgo. Com um salário de £600 anuais por esse posto governamental, o qual ele manteve até o dia de sua morte em 1790, acrescido de sua bela pensão vitalícia, Adam Smith estava ganhando perto de £1000 por ano – uma 'receita principesca', como um de seus biógrafos descreveu. O próprio Smith escreveu nessa época que ele estava 'tão rico quanto eu poderia sonhar'. Ele lamentava apenas ter de comparecer ao seu posto de

trabalho na alfândega, o que lhe roubava tempo de suas 'atividades literárias'.

Contudo, essa lamentação dificilmente era verídica. Em contraste ao que diz a maioria dos historiadores, que trataram o cargo alfandegário de Smith embaraçosamente como uma sinecura à qual ele não comparecia e que ele havia ganhado meramente como recompensa por suas conquistas intelectuais, pesquisas recentes mostram que Smith trabalhava em tempo integral em seu posto, frequentemente presidindo as reuniões diárias do conselho de comissários da alfândega. Mais ainda: Smith quis essa nomeação e aparentemente achou o cargo agradável e relaxante. É verdade que Smith gastou pouco tempo e energia em estudos e escritas após sua nomeação; mas havia a disponibilidade de licenças do trabalho, as quais Smith não demonstrou o menor interesse em utilizar. Ademais, o que permitiu a Smith buscar essa nomeação não foram bem seus feitos intelectuais; o cargo lhe foi dado mais como recompensa pelos conselhos prestados como consultor para assuntos tributários e orçamentais do governo britânico desde meados da década de 1760.<sup>26</sup>

## **A divisão do trabalho**

É apropriado começar a discutir *A Riqueza das Nações* focando a divisão do trabalho, uma vez que o próprio Smith começa sua obra nesse ponto e dado que, para Smith, essa divisão tinha importância crucial e decisiva. Seu professor Hutcheson também havia analisado a importância da divisão do trabalho nas economias em desenvolvimento, assim como haviam feito o mesmo Hume, Turgot, Mandeville, James Harris e outros economistas.

Mas para Smith, a divisão do trabalho assumiu uma importância excessiva e agigantada, relegando às sombras questões cruciais como acumulação de capital e o crescimento do conhecimento tecnológico. Como Schumpeter demonstrou, nunca para um economista anterior ou posterior a Smith a divisão do trabalho adquiriu tal posição de predominante importância.

Porém há mais problemas com a divisão do trabalho smithiana, além do fato de ele ter exagerado sua importância. A mais velha e mais verdadeira percepção do real motivo da especialização e das trocas é

---

<sup>26</sup> Para uma nova visão sobre o mandato de Smith na alfândega baseada em uma investigação original das minutas – escritas à mão – do conselho de comissários da alfândega, 1778-90, bem como das várias cartas escritas por Smith aos coletores de impostos alfandegários lotados em outros portos da Escócia, ver o importante artigo de Gary M. Anderson, William F. Shughart II e Robert D. Tollison, 'Adam Smith in the Customhouse,' *Journal of Political Economy*, 93 (August 1985), pp. 740-59.

simplesmente o fato de que cada lado de uma troca (que necessariamente envolve dois lados e duas mercadorias) se beneficia (ou ao menos espera se beneficiar) dessa troca; de outra forma a troca não ocorreria. Porém Smith desafortunadamente desvia o foco principal desse fenômeno: segundo ele, ao invés do benefício mútuo, há uma supostamente irracional e inata 'propensão a permutar, trocar e cambiar', como se os seres humanos fossem toupeiras comandadas por forças exteriores a seus próprios propósitos escolhidos.

Como demonstrou Edwin Cannan, Smith escolheu essa direção porque ele rejeitava a ideia de que há diferenças inatas nos talentos naturais e nas habilidades, o que naturalmente resultaria na busca por ocupações diferentes e especializadas. Smith, ao contrário, escolheu a posição igualitária e ambientalista – ainda hoje dominante na economia neoclássica – de que todos os trabalhadores são iguais, e que, portanto, a diferença entre eles é *resultado*, e não a causa, do sistema de divisão do trabalho.

Além disso, Smith foi incapaz de aplicar sua análise da divisão do trabalho ao comércio internacional, o que teria fornecido poderosa munição para suas próprias políticas de livre comércio. Coube a James Mill fazer tais aplicações em sua excelente teoria das vantagens comparativas. Ademais, domesticamente, Smith deu excessiva importância à divisão do trabalho *dentro* de uma fábrica ou indústria, ao mesmo tempo em que negligenciou a bem mais significativa divisão do trabalho *entre* as indústrias.

Mas se Smith tinha um exagerado apreço pela importância da divisão do trabalho, ele paradoxalmente semeou grandes problemas para o futuro ao introduzir a moderna e crônica reclamação sociológica sobre especialização, a qual foi rapidamente apropriada por Karl Marx e desde então tem sido elevada ao estado de arte por socialistas ranzinzas que reclamam da 'alienação'. Não há como negar que Smith se contradisse totalmente entre o Livro I e o Livro V de *A Riqueza das Nações*. No primeiro, a divisão do trabalho sozinha explica a riqueza da sociedade civilizada – e, com efeito, a divisão do trabalho é repetidamente equiparada a 'civilização' ao longo do livro. E ainda assim, enquanto que no Livro I a divisão do trabalho é aclamada por expandir a vivacidade e a inteligência da população, no Livro V ela é condenada por levar à sua degeneração moral e intelectual, à perda de suas 'virtudes intelectuais, sociais e guerreiras'. Não há como tal contradição ser plausivelmente conciliada.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> O interesse sobre a alienação começou com o influente *Essay on the History of Civil Society* (1767), escrito por Adam Ferguson, amigo de Smith. Um tema similar, entretanto, apareceu nas palestras não publicadas de Smith feitas em Glasgow, 1763. Sobre a influência de Ferguson, ver M.H. Abrams, *Natural Supernaturalism* (New York: W.W. Norton, 1971), pp. 220-21, 508.

Adam Smith, embora fosse ele próprio um plagiário de marca maior, como já foi dito, sofria também do complexo de Colombo, frequentemente acusando outras pessoas de estarem injustamente plagiando-o. Em 1755, ele inclusive chegou a reivindicar a invenção do conceito de *laissez-faire*, ou o sistema de liberdade natural, afirmando que fora ele quem havia lecionado esses princípios desde as palestras de Edimburgo, em 1749. Pode ser. Mas a alegação ignora que tais expressões já haviam sido ditas por seus próprios professores, bem como por Hugo Grócio e Pufendorf, para não mencionar Boisguilbert e os outros pensadores *laissez-faire* franceses do final do século XVII.

Em 1769, o contencioso Smith acusou de plágio o diretor William Robertson por ocasião da publicação do livro *History of the Reign of Charles V*, de autoria deste último. Não se sabe qual seria o tópico do roubo literário, e é difícil imaginar, considerando a distância entre a obra de Smith e o tema do livro de Robertson.

A mais famosa acusação de plágio lançada por Smith foi contra seu amigo Adam Ferguson sobre a questão da divisão do trabalho. O professor Hamowy mostrou que Smith *não* terminou a amizade com seu velho amigo, como anteriormente havia se pensado, por causa do uso que Ferguson fez do conceito de divisão do trabalho em seu *Ensaio Sobre a História da Sociedade Civil*, de 1767. Pela visão de todos os escritores que haviam empregado o conceito anteriormente, esse comportamento seria ridículo, mesmo para Adam Smith. O professor Hamowy supõe que o fim da amizade veio no início dos anos 1780, por causa de uma discussão proposta por Ferguson, em seu clube, sobre aquilo que viria a ser publicado mais tarde como parte de seu *Principles of Moral and Political Science*, de 1792. Nesse seu livro, Ferguson sumariza o exemplo da fábrica de alfinetes que constitui a passagem mais famosa de *A Riqueza das Nações*. Smith descreve uma pequena fábrica de alfinetes na qual dez trabalhadores, cada qual especializado em um diferente aspecto do trabalho, poderiam produzir mais de 48.000 alfinetes por dia, ao passo que se cada um desses dez fizesse todo o alfinete sozinho, eles poderiam não fazer sequer um alfinete por dia, e certamente não mais do que 20. Dessa forma, a divisão do trabalho multiplicou enormemente a produtividade de cada trabalhador. Em seu livro *Principles*, Ferguson escreveu: 'Um agrupamento consistente de pessoas, no qual cada uma delas executa apenas uma parte da fabricação de um alfinete, pode produzir muito mais em um determinado intervalo de tempo do que talvez o dobro do número de trabalhadores seria capaz caso cada um fosse produzir um alfinete inteiro ou executar todas as etapas da construção desse diminuto artigo'.

Quando Smith censurou Ferguson por este não reconhecer sua precedência no exemplo da fábrica de alfinetes, Ferguson retorquiu dizendo que ele nada havia pegado emprestado de Smith, e que na verdade *ambos* haviam retirado esse exemplo de uma fonte francesa 'a qual Smith havia pegado antes dele'. Há fortes evidências de que a

'fonte francesa' para ambos os escritores tenha sido o artigo sobre *epingles* (alfinetes) na *Encyclopédie* (1755), já que o artigo menciona 18 operações distintas necessárias para se fabricar um alfinete, o mesmo número repetido por Smith em *A Riqueza das Nações* – embora nas fábricas inglesas da época, 25 fosse o número mais comum de operações necessárias.

Assim, Adam Smith terminou uma antiga e duradoura amizade ao injustamente acusar Adam Ferguson de ter plagiado dele um exemplo que, na verdade, ambos haviam retirado sem reconhecimento da *Encyclopédie* francesa. O comentário feito pelo reverendo Carlyle de que Smith possuía 'um pouco de ciúmes em seu temperamento' parece ser uma enorme atenuação, e somos informados em seu registro obituário na *Monthly Review* de 1790 que 'Smith vivia constantemente em tamanha apreensão de ter suas ideias roubadas que, se ele visse algum de seus alunos anotando suas apresentações, ele iria instantaneamente interrompê-lo e dizer "Odeio escrevinhadores"'.<sup>28</sup>

O exemplo dado por Smith de uma pequena fábrica francesa de alfinetes, ao invés de utilizar uma grande fábrica britânica, realça um fato curioso sobre seu celebrado *A Riqueza das Nações*: o renomado economista parecia não ter tido o menor conhecimento acerca da Revolução Industrial que acontecia ao seu redor. Embora ele fosse amigo do Dr. John Roebuck, o proprietário da siderurgia Carron, cuja inauguração em 1760 marcou o início da Revolução Industrial na Escócia, Smith não demonstrou qualquer indicação de que sabia de sua existência.

Não obstante ele fosse pelo menos um conhecido do grande inventor James Watt, Smith não demonstrou ter qualquer conhecimento de algumas das principais invenções de Watt. Ele não fez qualquer menção em seu famoso livro ao boom na construção de canais que havia começado no início da década de 1760, à existência da próspera indústria têxtil de algodão, à indústria de cerâmica ou aos novos métodos de fabricação de cerveja. Também não há referência à enorme queda nos custos das viagens trazida pelas novas estradas pedagiadas.

Portanto, em contraste com aqueles historiadores que o louvam por sua apreensão empírica das questões econômicas e industriais contemporâneas, Adam Smith estava totalmente desatento em relação aos importantes eventos econômicos que o rodeavam. Grande parte de sua análise estava errada, e muitos dos fatos que ele incluiu em seu *A Riqueza das Nações* eram obsoletos e foram coletados de livros velhos mais de 30 anos.

---

<sup>28</sup> Citado em Ronald Hamowy, 'Adam Smith, Adam Ferguson, and the Division of Labour', *Economica* (August 1968), p. 253.

## Trabalho produtivo vs. Improdutivo

Uma das mais dúbias contribuições dos fisiocratas para o pensamento econômico foi sua visão de que apenas a agricultura era produtiva, que apenas a agricultura contribuía para que houvesse excedentes – *produit net* – na economia. Smith, fortemente influenciado pelos fisiocratas, manteve o infeliz conceito de trabalho 'produtivo', mas o expandiu da agricultura para bens materiais em geral. Para Smith, portanto, o trabalho voltado para objetos materiais era 'produtivo'; mas o trabalho voltado para, digamos, serviços, ou produção intangível, era 'improdutivo'.

A parcialidade de Smith em favor de objetos materiais equivalia a uma propensão em favor de investimentos em bens de capital, uma vez que um estoque de bens de capital por definição tem de estar incorporado em objetos materiais. Bens de consumo, por outro lado, podem tanto ser serviços intangíveis ou bens quaisquer – sendo que, nesse caso, eles acabam sendo exauridos no processo de consumo. A apologia de Smith à produção material, portanto, era uma maneira indireta de defender investimentos na acumulação de bens de capital em contraposição ao próprio objetivo de se produzir bens de capital: aumentar o consumo.

Quando foi discutir exportações e importações, Smith percebeu bem que não fazia sentido apenas acumular objetos intermediários; o acúmulo só faria sentido se eles viessem a ser posteriormente consumidos, isto é, se eles fabricassem algo. Afinal, o único objetivo da produção é o consumo. Mas como o professor Roger Garrison demonstrou, a consciência presbiteriana de Adam Smith o levou a valorizar o trabalho *per se*, o trabalho como sua própria finalidade, e a rejeitar as preferências temporais que existem no livre mercado entre poupança e consumo.

Claramente Smith queria muito mais investimento voltado para a produção futura e menos consumo presente do que o mercado estaria disposto a escolher. Uma das contradições de sua posição é que acumular mais bens de capital em detrimento do consumo presente irá, no final, resultar em um maior padrão de vida apenas se se permitir que esses meios de produção possam ser consumidos fabricando bens. Afinal de que adianta ter meios de produção se esses não podem ser consumidos? Mas aparentemente Smith queria que houvesse um acúmulo cada vez maior de meios de produção que nunca poderiam ser consumidos.

---

Este artigo é um capítulo do livro livro *History of economic thought* de 1995, e foi publicado no [Instituto Mises Brasil](#).

Ouçã esse artigo no [YouTube](#) e no [Spotify](#).

[Retornar ao sumário](#)

# O sistema bancário de reservas fracionárias

Murray Rothbard

**O sistema bancário é uma parte particularmente hermética e misteriosa do sistema econômico;** um dos problemas é que a palavra “banco” engloba muitas atividades distintas, e com implicações muito diferentes. Durante o Renascimento, os Médici, na Itália, e os Fugger, na Alemanha, eram conhecidos como “banqueiros”. Entretanto, seus bancos não apenas eram privados como também surgiram como sendo uma atividade legítima, não inflacionária e altamente produtiva. Essencialmente, eles eram “banqueiros-mercadores”, que começaram sua carreira como notórios comerciantes. No decurso de sua profissão de comerciante, esses mercadores começaram a conceder crédito a seus clientes, e, no caso específico dessas duas grandes famílias de banqueiros, a parte de suas atividades que mexia com crédito ou operações bancárias passou a ofuscar suas outras atividades comerciais. Essas empresas emprestavam dinheiro oriundo de seus próprios lucros e poupanças, e cobravam juros sobre esses empréstimos. Assim, elas canalizavam sua própria poupança para investimentos produtivos.

Quando os bancos limitam-se a emprestar sua própria poupança, ou a mobilizar a poupança de terceiros, suas atividades são produtivas e irrepreensíveis. Mesmo no atual sistema bancário, se eu comprar um Certificado de Depósito Bancário (CDB) resgatável em seis meses, e ganhar sobre essa aplicação uma determinada taxa de juros, estou apenas pegando minha poupança e emprestando-a ao banco, que, por sua vez, irá emprestá-la a terceiros e cobrar uma taxa de juros maior do que a que ele vai me pagar, sendo essa diferença embolsada pelo banco como recompensa pela tarefa de ter direcionado minha poupança para tomadores de empréstimos produtivos ou dignos de crédito. Não há problema algum com esse processo.

O mesmo é válido até mesmo para os grandes “bancos de investimento”, que se desenvolveram à medida que o capitalismo industrial foi prosperando no século XIX. Os banqueiros de investimentos normalmente utilizavam seu próprio capital, ou o capital investido ou emprestado por terceiros, para financiar a aquisição de capital de grandes corporações. Eles faziam isso vendendo títulos a acionistas ou credores. O problema com os bancos de investimento é que um de seus principais campos de investimento passou a ser o financiamento de títulos do governo. Isso os mergulhou profundamente no mundo da política, dando-lhes um poderoso incentivo para pressionar

e manipular governos para que estes aumentassem impostos, possibilitando assim o pagamento dos títulos governamentais em posse sua e de seus clientes. Donde advém toda a poderosa e perniciosa influência política desfrutada pelos bancos de investimento nos séculos XIX e XX: em particular os Rothschild, na Europa Ocidental, e Jay Cooke e os Morgan, nos EUA.

Já no final do século XIX, os Morgan tomaram a iniciativa de pressionar o governo dos EUA para que este cartelizasse as indústrias nas quais eles, os Morgan, estavam interessados — primeiro as ferrovias e depois as fábricas. A intenção era proteger esses setores da livre concorrência utilizando o poder do governo de modo que lhes possibilitasse restringir a produção e aumentar os preços. Em particular, os banqueiros de investimento haviam se tornado um grupo bastante ativo na busca pela cartelização dos bancos comerciais.

Em certa medida, os banqueiros comerciais emprestam seu próprio capital e dinheiro adquiridos via CDBs. Mas os bancos comerciais são, na verdade, “bancos de depósito” que se baseiam em uma fraude colossal: a ideia, na qual a maioria dos depositantes acredita, de que seu dinheiro está de fato no banco, pronto para ser resgatado a qualquer momento. Se João tem uma conta-corrente de \$1.000 em um banco local, João sabe tratar-se de um “depósito à vista”, isto é, ele sabe que o banco promete pagar-lhe \$1.000 em dinheiro, de imediato, a qualquer momento que ele queira “retirar seu dinheiro”. Naturalmente, os Joões desse mundo estão convencidos de que seu dinheiro está lá no banco, seguro, esperando para ser sacado a qualquer momento. Portanto, eles pensam em suas contas-correntes como sendo o equivalente a um recibo de armazenagem. Se uma pessoa coloca uma cadeira em um armazém antes de sair para uma viagem, ela espera recuperar essa cadeira assim que ela voltar e apresentar seu recibo. Infelizmente, embora os bancos aparentemente funcionem como armazéns, os depositantes na realidade são sistematicamente iludidos. Seu dinheiro não está lá.

Um armazém honesto garante que os bens entregues a seus cuidados estejam lá, no almoxarifado ou no cofre. Mas os bancos operam bem diferentemente, pelo menos desde a época de bancos de depósito como o [Banco de Amsterdã](#) e o de Hamburgo, ainda no século XVII. Estes de fato agiam como armazéns, lastreando todos os seus recibos com os ativos que eram nesses bancos depositados, como ouro e prata. Essa forma honesta de banco de depósito é chamada de sistema bancário com 100% de reservas. Porém, desde então os bancos assumiram o hábito de criar recibos de armazenagem (na época, notas bancárias; atualmente, depósitos em conta-corrente) sem qualquer lastro. Essencialmente, eles se tornaram fraudadores que criam falsos recibos de armazenagem que circulam como se fossem genuínos e totalmente lastreados por cédulas de dinheiro. Os bancos ganham dinheiro ao simplesmente criarem dinheiro do nada — antes, eles

podiam criar suas próprias cédulas; hoje, eles criam apenas depósitos eletrônicos.

Esse tipo de fraude ou falsificação é dignificado com a alcunha “sistema bancário de reservas fracionárias”, o que significa que os depósitos bancários são lastreados por apenas uma pequena fração do dinheiro que o banco promete ter em mãos no momento do resgate. *[Nos EUA, esse valor sempre girou em torno de 10%.]*

## **Reserva fracionária**

Vejamos como funciona o processo de reservas fracionárias na ausência de um banco central. Eu crio o Banco Rothbard e invisto nele, como capital inicial, \$1.000 em moeda física (se é ouro ou cédula de papel não interessa nesse caso). Então eu “empresto” \$10.000 para alguém, que irá ou gastar com consumo puro e simples ou investir em seus negócios. Agora, como é que eu posso “emprestar” mais do que eu tenho? Ahh, essa é a mágica da “fração” das reservas fracionárias. Eu simplesmente crio uma conta-corrente de \$10.000 e empresto alegremente esse valor para o senhor José. E por que José vai querer esse empréstimo de mim? Por que ele não procura outros meios? Bom, como eu não preciso poupar \$10.000 (apenas \$1.000), eu posso cobrar juros menores do que cobriam aqueles reais poupadores que porventura também estivessem dispostos a emprestar (nesse caso, \$10.000 genuinamente poupados). Eu estou em vantagem; eu posso simplesmente criar dinheiro do nada. (Nos EUA, durante um período do século XIX, eu poderia emitir minhas próprias cédulas; hoje, o Federal Reserve monopoliza a emissão monetária).

Uma vez que os depósitos à vista no Banco Rothbard funcionam como o equivalente a dinheiro, a oferta monetária do país, magicamente, aumentou em \$10.000. O processo inflacionário e fraudulento começou.

O economista inglês do século XIX, Thomas Tooke, disse que “livre comércio no sistema bancário é o equivalente a um livre comércio de trapça”. Não obstante isso seja verdade, é válido lembrar que sob um livre mercado genuíno — isto é, um sistema em que não haja uma blindagem governamental ao setor — há obstáculos severos a esse processo fraudulento. Um sistema bancário totalmente desregulamentado e sem a proteção estatal é chamado de “sistema bancário livre” ou “livre atividade bancária” (*free banking*).

Nesse sistema, por que alguém deveria confiar em mim? Por que alguém iria aceitar as promessas de pagamento — isto é, o dinheiro eletrônico na conta-corrente — do Banco Rothbard? E, mesmo que alguém confiasse em mim, ainda haveria outro problema grave: esse

sistema bancário é de livre concorrência, sendo que a entrada no setor é livre. E o Banco Rothbard está limitado à sua clientela. Assim, após eu ter criado uma conta-corrente para José, na forma de empréstimo, ele irá gastar esse dinheiro. Afinal, para que mais ele pediria um empréstimo? E mais cedo ou mais tarde, esse dinheiro que ele gastou (eletronicamente) será gasto na compra de bens ou serviços de clientes de algum outro banco — por exemplo, do Banco Rockwell.

Mas tudo o que o Banco Rockwell recebeu foi dinheiro eletrônico (um recibo de armazenagem em nome do Banco Rothbard). E o Banco Rockwell não está muito interessado em manter uma conta-corrente em meu banco; ele quer ter suas próprias reservas monetárias (moeda física) para que ele próprio possa criar dinheiro em cima dessas reservas (esse ato de criar dinheiro fictício sobre dinheiro real é chamado de 'piramidar', pois trata-se de um pirâmide invertida: a base é menor do que o topo). Portanto, se o Banco Rockwell receber um cheque ou um depósito eletrônico (via cartão de débito) de \$10.000 em nome do Banco Rothbard, ele vai demandar a transferência de \$10.000 em moeda física, para que ele possa piramidar em cima dela.

Mas eu, obviamente, só tenho \$1.000, e não posso pagar esses \$10.000. Portanto, estou acabado. Quebrado e falido. Em termos de justiça, eu deveria ir para a cadeia como um fraudador. E tanto eu quanto a falsa conta-corrente que criei estaríamos fora do jogo e fora da oferta monetária.

Assim, sob um sistema de livre concorrência, e sem o governo para ajudar os fraudadores, haveria um espaço bastante limitado para a prática da falsificação permitido pelas reservas fracionárias. Os bancos até poderiam formar cartéis para se protegerem mutuamente, mas geralmente cartéis não funcionam bem em um mercado onde não há proteção governamental, onde o governo não suprime e elimina aqueles concorrentes que insistem em quebrar cartel — nesse caso, para quebrar o cartel bastaria que um banco concorrente exigisse o pagamento de algum outro banco que tivesse praticado essa falsificação em larga escala.

## **Banco Central**

Daí é possível entender todo o esforço que os próprios banqueiros fizeram para que o governo cartelizasse sua indústria através de um banco central. A instituição do banco central começou com o Banco da Inglaterra na década de 1690, espalhou-se para o resto do mundo ocidental nos séculos XVIII e XIX, até que finalmente foi imposto nos EUA em 1913. Particularmente entusiasmados com a ideia de um banco central estavam os banqueiros de investimento, como os Morgan, pioneiros na ideia do cartel econômico e que, já a essa época, haviam

se expandido para o setor de bancos comerciais.

No sistema atual de bancos centrais, o governo concede ao Banco Central o monopólio da emissão de cédulas monetárias, que passam então a ser o “padrão” monetário do país. Sabemos que os indivíduos usam dinheiro tanto em sua forma física (cédulas e moedas metálicas) como em sua forma eletrônica (depósitos bancários). Assim, se eu quiser resgatar \$1.000 em cédulas de minha conta bancária, o banco tem de ir ao Banco Central e sacar esse dinheiro da conta-corrente que esse banco tem junto ao Banco Central. Ou seja, Banco Central age como o banco dos banqueiros.

Essas contas-correntes que os bancos mantêm junto ao Banco Central são obrigatórias e constituem suas reservas compulsórias, sobre as quais eles podem ‘piramidar’, criando uma quantia fictícia de dinheiro inversamente proporcional à taxa que determina essas reservas compulsórias. É o Banco Central quem determina o valor dessas taxas.

Veja como esse processo de fraudulência funciona no mundo atual. Digamos que o Banco Central, como de praxe, decide que quer expandir (leia-se inflacionar) a oferta monetária. O Banco Central então vai até o mercado (chamado de “open market” ou *mercado aberto*) e compra um ativo. Não importa qual ativo ele compra; o ponto importante é que ele vai criar dinheiro eletronicamente, simplesmente apertando teclas em um computador. O Banco Central poderia, caso quisesse, comprar qualquer ativo que lhe aprouvesse, inclusive ações, edifícios ou moeda estrangeira. Na prática, ele compra títulos do Tesouro.

Suponhamos que o Banco Central queira comprar \$10.000.000 em títulos do Tesouro. Esses títulos estarão em posse de um *dealer* “aprovado” pelo governo. [*Dealers são instituição credenciadas para efetuar essas operações de mercado aberto. No Brasil, os dealers são os principais bancos do país. Veja a [lista deles](#)*]. Nesse caso, o Banco Central vai simplesmente acrescentar eletronicamente \$10.000.000 na conta-corrente que esse *dealer* tem junto ao BC (o compulsório) em troca dos títulos do Tesouro. De onde o BC tirou os \$10.000.000 para pagar o *dealer*? De lugar nenhum. Ele criou esse dinheiro do nada. O *dealer* (um banco qualquer) agora está com excesso de reservas depositadas junto ao BC. A “oferta monetária” do país aumentou em \$10.000.000; nenhuma outra conta-corrente sofreu qualquer decréscimo. Houve um aumento líquido de \$10.000.000.

Mas isso é apenas o início do processo inflacionário e fraudulento. O banco que recebeu esses \$10.000.000 ainda está com esse dinheiro parado em suas reservas compulsórias junto ao BC. Isso significa que suas reservas cresceram \$10.000.000 e que — a menos que haja alguma elevação da taxa do compulsório — o banco pode agora

'piramidar' sobre elas. Esse banco pode agora criar novas contas-correntes baseadas nessas reservas e, à medida que esse dinheiro recém-criado vai vazando para outros bancos (como aconteceu com o Banco Rothbard), cada um desses outros bancos, através do mesmo processo, pode montar seu próprio esquema inflacionário, até que o sistema bancário como um todo tenha aumentado seus depósitos à vista em \$100.000.000, dez vezes a compra original de ativos feita pelo BC.

Quando o sistema bancário pode manter reservas que totalizam apenas 10% de seus depósitos, como no exemplo acima, o "multiplicador monetário" — a quantia de depósitos que os bancos podem expandir sobre suas reservas — é 10. Uma compra de ativos no valor de \$10 milhões feita pelo BC gera um aumento de dez vezes — \$100 milhões — na oferta monetária do sistema bancário como um todo.

Curiosamente, todos os economistas concordam com a mecânica desse processo, ainda que eles, obviamente, discordem fortemente quanto à avaliação moral ou econômica desse processo. Mas infelizmente, o público em geral, não iniciado nos mistérios do sistema bancário, segue acreditando que seu dinheiro permanece "no banco".

Dessa forma, o Banco Central age como o criador e o xerife de um gigantesco cartel bancário protegido pelo governo; o BC, além de socorrer aqueles bancos que estão em dificuldades, ainda centraliza e coordena todo o sistema bancário de modo que todos os bancos possam inflacionar conjuntamente. Sob um sistema bancário livre e desregulamentado, um banco que inflacionasse mais do que seus concorrentes estaria em eminente perigo de falência. Porém, quando há um banco central, todos os bancos podem confortavelmente inflacionar em conjunto.

Por fim, suponhamos que, amanhã, todo o público repentinamente se desse conta da fraude que é o sistema bancário, corresse para os bancos e, em uníssono, exigisse a retirada de seu dinheiro. O que aconteceria? Os bancos instantaneamente se tornariam insolventes, pois possuem apenas uma pequena fração de todo o dinheiro que devem aos seus perplexos clientes. Uma opção seria implementar um enorme aumento nos impostos para ressarcir esses correntistas. Porém, é óbvio que tal medida não seria muito palatável. Assim, a única coisa que o BC poderia fazer — e isso seria exclusivamente de sua competência — seria imprimir uma quantia suficiente de dinheiro para pagar todos os correntistas.

Desnecessário dizer que os correntistas, agora encorajados por esse gigantesco socorro, irão prontamente redepósitar essa enorme quantidade de dinheiro nos bancos, aumentando o total de reservas bancárias e possibilitando uma imediata expansão da oferta monetária, seguindo os mesmos preceitos já descritos. Uma inflação rampante e a destruição total da moeda seriam as consequências inevitáveis.

---

Este artigo é um capítulo do livro "*Taking back our Money*" de 1995 e foi republicado no [Instituto Mises Brasil](#).

Ouça esse artigo no [YouTube](#) e no [Spotify](#).

[Retornar ao sumário](#)

# Os efeitos econômicos da inflação

Murray Rothbard

**O**s governos, ao contrário de todas as outras organizações, não obtêm suas receitas por meio da oferta de serviços. Sendo assim, os governos enfrentam um problema econômico distinto daquele enfrentado por empresas e indivíduos. Indivíduos que desejam adquirir mais bens e serviços de outros indivíduos têm de produzir e vender aquilo que estes outros indivíduos desejam. Já os governos têm apenas de encontrar algum método de expropriar bens sem o consentimento de seus proprietários.

Em uma economia de escambo, os funcionários do governo podem expropriar recursos somente de uma maneira: confiscando bens *físicos*. Já em uma economia cujas transações econômicas são mediadas pelo dinheiro, eles descobrirão ser mais fácil confiscar ativos *monetários* para, em seguida, utilizar o dinheiro para adquirir bens e serviços para si próprios, ou ainda, para conceder subsídios para seus grupos favoritos. Tal confisco é chamado de *tributação*.

A tributação, no entanto, é sempre algo impopular e, em épocas menos moderadas, frequentemente gerava revoluções. O surgimento do dinheiro, uma bênção para a espécie humana, também abriu um caminho sutil para a expropriação governamental de recursos.

Em um livre mercado, o dinheiro pode ser adquirido de duas formas: ou o indivíduo produz e vende bens e serviços desejados por terceiros, ou ele se dedica à mineração de ouro (um negócio tão lucrativo como outro qualquer, no longo prazo). Mas se o governo descobrir maneiras de praticar *falsificação* — criar dinheiro do nada —, então ele poderá, rapidamente, produzir o próprio dinheiro sem ter o trabalho de vender serviços ou de garimpar ouro. Ele poderá, assim, se apropriar maliciosamente de recursos e de forma bastante discreta, sem suscitar as hostilidades desencadeadas pela tributação. Com efeito, a falsificação pode criar em suas próprias vítimas uma doce ilusão de incomparável prosperidade.

Falsificação, evidentemente, nada mais é do que outro nome para a inflação — ambas criam um novo “dinheiro” que não é um metal como ouro ou prata, e ambas funcionam similarmente. E assim podemos entender por que os governos são inerentemente inflacionários: porque a inflação monetária é um meio poderoso e sutil para o governo adquirir

recursos do público, uma forma de tributação indolor e bem mais perigosa.

Para mensurar os efeitos econômicos da inflação, vejamos o que acontece quando um grupo de falsificadores dá início ao seu “trabalho”. Suponhamos que a economia tenha uma oferta de \$10.000. E então os falsificadores, tão sagazes que ninguém os percebe, injetam mais \$2.000 nesta economia. Quais serão as consequências?

Primeiramente, os próprios falsificadores serão os primeiros a se beneficiar. Eles utilizarão esse dinheiro recém-criado para adquirir bens e serviços. Como bem ilustrou uma famosa charge da revista *New Yorker*, que mostrava um grupo de falsificadores contemplando solenemente o próprio trabalho: “O consumo está prestes a receber um grande e necessário estímulo”. Exatamente. Os gastos em consumo, de fato, realmente *recebem* um estímulo.

Esse dinheiro novo vai percorrendo, pouco a pouco, todo o sistema econômico. À medida que ele vai se espalhando pela economia, os preços vão aumentando — como vimos antes, dinheiro criado do nada pode apenas diluir a efetividade de cada unidade monetária. Mas essa diluição é um processo lento e, por isso, é desigual; durante este ínterim, algumas pessoas ganham e outras perdem. No início deste processo, a renda e o poder de compra dos falsificadores e dos varejistas locais aumentam antes que tenha havido qualquer aumento nos preços dos bens e serviços que eles comprem. Com o tempo, à medida que o dinheiro vai perpassando toda a economia e elevando os preços, aquelas pessoas que estão nas áreas mais remotas da economia, e que ainda não receberam esse dinheiro recém-criado, terão de lidar com preços maiores sem que tenham vivenciado um aumento de suas rendas. Os varejistas que estão do outro lado do país, por exemplo, estarão em pior situação. Terão de lidar com preços maiores sem que sua renda e seu poder de compra tenham aumentado. Os primeiros recebedores do dinheiro novo se beneficiam à custa daqueles que recebem este dinheiro por último. Houve uma redistribuição de renda às avessas.

A inflação, portanto, não gera nenhum benefício social; ao contrário, ela redistribui a riqueza para aqueles que obtiveram primeiramente o dinheiro recém-criado, e tudo à custa daqueles que o recebem por último. A inflação é, efetivamente, uma disputa — uma disputa para ver quem obtém antes dos outros a maior fatia do dinheiro recém-criado. Aqueles que ficam por último — aqueles que arcam com a redução de seu poder de compra — são majoritariamente aqueles que estão no chamado de “grupo de renda fixa”. Sacerdotes, professores e assalariados em geral estão notoriamente entre aqueles que são os últimos a receber este dinheiro recém-criado. Aposentados, pensionistas, pessoas dependentes de algum seguro de vida, senhorios com contratos de aluguel de longo prazo, portadores de títulos e

credores em geral, aqueles que portam dinheiro em espécie — todos arcarão com o fardo da inflação. Eles são os únicos “tributados”.<sup>29</sup>

Mas a inflação também gera outros efeitos desastrosos. Ela distorce aquele pilar básico da economia: o cálculo empreendedor. Dado que os preços não se alteram de maneira uniforme e com a mesma velocidade, torna-se muito difícil para os empreendedores distinguir aquilo que é duradouro daquilo que é transitório, e mensurar corretamente as verdadeiras demandas do consumidor ou o custo de suas operações.

Por exemplo, a norma da prática contábil é registrar o “custo” de um ativo pelo valor em que ele foi pago. Porém, com a inflação, o custo de repor este ativo quando ele já estiver exaurido será bem maior do que aquele valor registrado nos livros contábeis quando o ativo foi adquirido. Como resultado, a contabilidade das empresas irá *sobrestimar* acentuadamente seus lucros durante um processo de inflação – podendo até mesmo chegar ao ponto de estar consumindo seu capital ao mesmo tempo em que se imagina estar aumentando os investimentos.<sup>30</sup>

Do mesmo modo, os detentores de ações, papéis e imóveis auferirão ganhos de capital durante a inflação que não são de modo algum ganhos reais. Eles podem até acabar consumindo parte destes ganhos sem perceber que estão consumindo seu capital original.

Ao criar lucros ilusórios e distorcer o cálculo econômico, a inflação suspenderá o processo – feito automaticamente pelo livre mercado – de penalização das empresas ineficientes e de recompensa das eficientes. Quase todas as empresas irão aparentemente prosperar. Essa atmosfera geral de “mercado propício ao consumo” levará a um declínio na qualidade dos bens e serviços ofertados aos consumidores, uma vez que os consumidores tendem a oferecer menos resistência a aumentos de preços quando estes ocorrem na forma de redução da qualidade.<sup>31</sup>

A qualidade da mão-de-obra também será pior durante uma inflação e por um motivo mais sutil: as pessoas serão cativadas por esquemas que

---

<sup>29</sup> Virou moda ridicularizar a preocupação demonstrada pelos “conservadores” para com “os pobres, as viúvas e os órfãos” prejudicados pela inflação. E, no entanto, esse é exatamente um dos principais problemas que devem ser enfrentados. Será que é realmente “progressista” roubar pobres, viúvas e órfãos e utilizar os proventos para subsidiar fazendeiros ricos e empresários poderosos?

<sup>30</sup> Esse erro será maior naquelas empresas com equipamentos mais velhos e nas indústrias mais pesadamente capitalizadas. Um excessivo número de empresas, por conseguinte, irá fluir para essas indústrias durante uma inflação.

<sup>31</sup> Nesta época em que se dá atenção extasiada a “índices do custo de vida” (o que gera, por exemplo, contratos em que os salários variam de acordo com a inflação), há um forte incentivo para se aumentar preços de uma maneira que não seja explicitada pelo indicador.

prometem enriquecimento rápido, os quais, durante uma época de preços em ascensão, parecem estar ao alcance de praticamente todos. Ao mesmo tempo, várias pessoas passarão a desdenhar o esforço e a prudência. A inflação também penaliza a poupança e a frugalidade, premia o consumismo e encoraja o endividamento, pois qualquer soma tomada emprestada hoje será paga no futuro com um dinheiro cujo poder de compra será menor do que aquele em que o empréstimo originalmente ocorreu. O incentivo, conseqüentemente, passa a ser o de se endividar para pagar mais tarde, em vez de poupar e investir. A inflação, portanto, diminui o padrão de vida geral ao mesmo tempo em que cria uma falsa e opaca atmosfera de “prosperidade”.

Felizmente, a inflação é um processo que não pode continuar para sempre. Com o tempo, as pessoas inevitavelmente acordarão para esta forma insidiosa de tributação; elas perceberão a contínua redução do poder de compra do seu dinheiro e exigirão providências.

No entanto, um processo de inflação pode chegar a extremos.

Por exemplo, no início, quando os preços sobem, as pessoas dizem: “Bem, isso não é normal; é certamente fruto de alguma emergência. Adiarei minhas compras e esperarei até os preços baixarem”. Essa é a atitude comum durante a primeira fase de uma inflação. Essa postura ajuda a conter a subida dos preços e oculta os efeitos da inflação, dado que houve um aumento na demanda por dinheiro. Mas, à medida que a inflação monetária prossegue, as pessoas começam a perceber que os preços irão aumentar perpetuamente como resultado de uma inflação perpétua.

Neste momento, as pessoas passam a dizer: “Embora os preços estejam ‘altos’, comprarei agora porque, se esperar mais, os preços ficarão ainda mais altos”. O resultado dessa postura é que a demanda por dinheiro diminui e os preços passam a crescer, em termos proporcionais, *mais* do que o aumento na oferta monetária. Neste ponto, o governo normalmente é conclamado para aliviar a ‘escassez’ de moeda gerada pelo crescimento acelerado dos preços e inflaciona ainda mais aceleradamente. Em pouco tempo, o país chega ao ponto de descontrole absoluto dos preços, e é aí que as pessoas dizem: “Tenho de comprar qualquer coisa agora — qualquer coisa para me livrar deste dinheiro que só desvaloriza”. A oferta monetária dispara, a demanda por dinheiro despenca e os preços sobem astronomicamente. A produção cai de forma dramática, pois as pessoas agora dedicam grande parte do tempo tentando descobrir formas de se livrar do seu dinheiro. O sistema monetário entra em total colapso, e a economia recorre a outras moedas, caso existam – metais ou moedas estrangeiras caso esta inflação seja em um único país; no extremo, a população tem de retornar ao escambo. O sistema monetário se desintegrou sob o impacto da inflação.

Esta situação de *hiperinflação* foi observada durante a Revolução Francesa com os *assignats*, durante a Revolução Americana com os continentais e, especialmente, durante a crise alemã de 1923 com o marco. Foi também vivenciada pela China e por outros países após a Segunda Guerra Mundial.<sup>32</sup> Mais recentemente, hiperinflações devastaram os principais países da América Latina.

Por fim, uma última condenação da inflação é o fato de que, sempre que o dinheiro recém-criado é utilizado para conceder empréstimos, essa inflação gera os pavorosos “ciclos econômicos”. Esse processo silencioso, porém mortal, e que passou despercebido por gerações, age da seguinte maneira: o dinheiro é criado pelo sistema bancário de reservas fracionárias, que opera sob os auspícios do governo, e é emprestado para financiar empreendimentos. Para os empreendedores, esses novos fundos parecem ser investimentos genuínos; mas o problema é que esses fundos não surgiram, como os investimentos que ocorreriam sob um sistema bancário com 100% de reservas, de poupanças voluntárias.

Após esse dinheiro novo ter entrado na economia e ter sido investido por empreendedores em vários projetos, os preços e os salários começam a subir. O dinheiro novo é também utilizado para pagar os agora mais altos salários dos trabalhadores e os agora também mais caros fatores de produção. No entanto, após esse novo dinheiro ter perpassado toda a economia, as pessoas tendem a restabelecer suas antigas e voluntárias proporções entre consumo e poupança. Em suma, se as pessoas desejam poupar e investir cerca de 20% de sua renda e consumir o restante, esse novo dinheiro criado pelo sistema bancário e emprestado para empreendimentos irá primeiramente fazer com que a fatia destinada à poupança pareça maior. Quando o novo dinheiro já houver chegado a todo o público, as pessoas restabelecem a antiga proporção de 20/80, o que faz com que muitos investimentos se revelem insolventes e não-lucrativos, pois nunca houve de fato uma real demanda por eles. A liquidação destes investimentos insolventes, que só se originaram por causa do boom inflacionário, constitui a fase da *depressão* dos ciclos econômicos.

---

Este artigo foi extraído do livro [O que o governo fez com o nosso dinheiro](#) de 1963 e republicado no [Instituto Mises Brasil](#).

Ouçá esse artigo no [YouTube](#) e no [Spotify](#).

[Retornar ao sumário](#)

---

<sup>32</sup> Sobre o exemplo alemão, veja este artigo: [A hiperinflação alemã, 1914-1923](#)

# O governo não pode gerenciar empresas eficientemente

Murray Rothbard

**A**s bem conhecidas ineficiências das operações governamentais não são meros acidentes empíricos, resultados talvez de uma falta de tradição na área. Elas são *inerentes* a todas as iniciativas estatais. E a demanda excessiva que é gerada pelos serviços 'gratuitos' ou subprecificados ofertados pelo governo é apenas uma das várias razões dessa condição.

A oferta gratuita de um bem ou serviço não apenas subsidia os seus usuários à custa dos contribuintes que não o utilizam, como também faz com que os recursos sejam alocados erroneamente, fazendo com que os bens e serviços não sejam ofertados naquelas áreas que mais necessitam deles. O mesmo é válido, em um grau menor, sempre que o preço de um bem ou serviço está *abaixo* do preço de livre mercado. No livre mercado, os consumidores podem ditar a precificação e, com isso, garantir a melhor alocação dos recursos produtivos de modo a suprirem seus desejos. Em um empreendimento governamental, isso não pode ser feito.

Peguemos novamente o caso de um serviço gratuito. Como não há um sistema de preços para racionalizar as decisões — e, portanto, não há a exclusão de utilizações improdutivas —, não há como o governo, mesmo que ele queira, alocar seus serviços de modo a satisfazer as mais prementes necessidades e os mais ávidos consumidores. Todos os compradores e todas as necessidades são artificialmente mantidos no mesmo plano. Como resultado, as mais urgentes necessidades serão desprezadas, e o governo ver-se-á diante de insuperáveis problemas de alocação, os quais ele não pode resolver *mesmo para benefício próprio*.

Assim, o governo será confrontado com o seguinte problema: devemos construir uma estrada no local A ou no local B? Sem estar guiado pelo sistema de preços e pelo mecanismo de lucros e prejuízos, o governo simplesmente é incapaz de tomar uma decisão de maneira racional. Suas decisões serão tomadas somente de acordo com os caprichos do funcionário do governo que está no comando — isto é, somente se o *funcionário do governo*, e não o público, for quem estiver "consumindo". Se o governo de fato deseja fazer apenas o que é melhor para o público, ele está irremediavelmente lidando com uma tarefa impossível.

Diz-se com muita frequência que uma única empresa estatal, operando dentro da esfera de mercado privado, comprando bens e serviços deste, pode precificar seus serviços e alocar seus recursos eficientemente. Isso, entretanto, é incorreto. Existe uma *falha incontornável* que permeia todo o tipo concebível de empresa estatal e que inescapavelmente a impede de praticar uma precificação correta e de alocar eficientemente seus recursos. Por causa desta falha, uma empresa estatal jamais pode operar “em condições de mercado”, não importam quais sejam as intenções do governo.

E qual é essa falha incontornável?

É o fato de que o governo pode obter recursos virtualmente ilimitados por meio de seu coercivo poder de tributação. Empresas privadas precisam obter seus fundos por meio de investidores que estão atrás de lucro e de consumidores que voluntariamente optam por consumir seus bens e serviços. É essa alocação de fundos feita por consumidores e investidores guiados por sua presciência e preferência temporal que vai direcionar os recursos para as mais lucrativas — e, portanto, mais úteis — aplicações. Empresas privadas podem adquirir seus fundos *somente* por meio de consumidores e investidores; em outras palavras, elas podem arrecadar fundos somente daquelas pessoas que valorizam e compram seus serviços, e daqueles investidores que estão dispostos a arriscar seu capital poupado investindo-o em algo que acreditam poder gerar algum lucro futuro. Ou seja: no mercado, pagamento e serviços são coisas indissolivelmente complementares.

O livre mercado fornece um “mecanismo” para a alocação de fundos para consumo presente e futuro, para o direcionamento de recursos para as aplicações mais produtivas e valiosas para todas as pessoas. O mercado, por meio de seu funcionamento natural, fornece meios para os empreendedores alocarem recursos e precificarem serviços de modo a garantir seu uso otimizado. O governo, por outro lado, pode conseguir o tanto de dinheiro que ele quiser. O governo não possui rédeas sobre si mesmo; ele não está sob a exigência de satisfazer o teste de lucros e prejuízos que mede a qualidade do serviço ofertado a seus consumidores, algo que, no mercado, é o que permite a uma empresa obter fundos.

Empresas privadas — aquelas que operam em um ambiente de genuína livre concorrência, sem receber subsídios, benefícios e proteções do governo — podem adquirir seus fundos apenas de consumidores satisfeitos e de investidores guiados pelo mecanismo de lucro e prejuízo. Já o governo pode adquirir seus fundos literalmente de acordo com seus próprios caprichos.

Uma vez que não há rédeas, deixa de haver também qualquer chance de o governo alocar recursos racionalmente. Como pode o governo saber se deve construir a estrada A ou a estrada B, ou se deve “investir”

em uma estrada ou em uma escola, ou se deve produzir mais eletricidade, ou se deve prospectar mais petróleo, ou se deve alterar seu serviço de entrega de cartas? Com efeito, como pode ele saber o quanto deve gastar em *todas* as suas atividades em que está envolvido? Não há maneira racional de o governo alocar fundos ou mesmo decidir o quanto ele deve ter.

Quando há uma escassez de professores, ou de salas de aula, ou de polícia ou de ruas, o governo e seus partidários têm apenas uma resposta: exigir mais dinheiro dos pagadores de impostos. Se a qualidade dos serviços ofertados pelo governo cai, isso significa que as pessoas devem renunciar a seu próprio dinheiro e entregá-lo de bom grado ao governo.

Por que essa mesma medida nunca é aventada no livre mercado? O motivo é que, para empresas que operam sob um arranjo de livre concorrência, esse dinheiro só pode ser obtido voluntariamente e em troca de bens ou serviços de maior qualidade. Ou seja, o dinheiro tem de ser *retirado* de seu presente uso em algum investimento ou consumo e essa retirada tem de ser voluntariamente concedida pelos próprios consumidores e investidores.

Empresas que operam sob um arranjo de livre concorrência têm de se guiar pelo sistema de lucro e prejuízo, o qual indica que os mais urgentes desejos dos consumidores estão sendo atendidos. Se uma empresa ou produto estão gerando altos lucros para seus proprietários, e esses lucros tendem a continuar, então mais dinheiro estará disponível no futuro; caso esteja ocorrendo o oposto, e a empresa esteja incorrendo em prejuízos, o dinheiro estará fluindo para *fora* daquele empreendimento. O sistema de lucros e prejuízos serve como guia crítico para direcionar o fluxo de recursos produtivos. Tal guia não existe para o governo, que não possui uma maneira racional de decidir o *quanto* de dinheiro ele deve gastar, seja no total ou em algum setor em específico. Quanto mais dinheiro ele gastar, mais serviços ele pode ofertar — mas onde parar?

Defensores de empresas estatais podem contra-argumentar dizendo que o governo poderia simplesmente dizer a seus burocratas para agirem *como se* estivessem em uma empresa em busca de lucros e que operassem da mesma maneira que uma empresa privada. Há dois defeitos nessa teoria. Primeiro, é impossível *brincar* de empresa. Empreender significa arriscar o próprio dinheiro em um investimento. Burocratas e políticos não têm incentivo real em desenvolver habilidades empreendedorais, em se ajustar de fato às demandas do consumidor. Eles não arriscam a perda do próprio dinheiro no empreendimento.

Segundo, fora a questão dos incentivos, mesmo os mais ávidos administradores estatais *não poderiam* operar como se fossem

empreendedores privados. Independente do tratamento concedido ao empreendimento após ela já ter se estabelecido, a criação da empresa é feita com dinheiro de impostos — portanto, por meio da taxaço coerciva. Essa empresa estatal já nasceu com um grave defeito “enraizado” em seus órgãos vitais. Ademais, quaisquer gastos futuros poderão ser feitos utilizando-se de receitas tributárias, o que faz com que as decisões dos administradores estejam sujeitas aos mesmos vícios. A facilidade de se obter dinheiro irá inevitavelmente distorcer as operações da empresa estatal.

Além disso, o estabelecimento de uma empresa estatal cria uma inevitável vantagem competitiva sobre as outras empresas privadas, pois ao menos parte de seu capital foi obtido por meio da coerção, e não dos serviços prestados. Torna-se claro que o governo, com seu ilimitado poder de subsídio próprio, pode expulsar empresas privadas de sua área de atuação. O investimento privado no mesmo setor em que opera uma estatal será enormemente restringido, uma vez que futuros investidores sabem que terão prejuízos por causa de seus privilegiados concorrentes governamentais.

Ademais, considerando-se que todos os serviços concorrem entre si pelo dinheiro do consumidor, todas as empresas privadas e todos os investimentos privados serão de alguma forma afetados e obstruídos. E quando a empresa estatal começar a operar, irá gerar temor nas outras empresas da área — ou elas perderão seus investimentos, ou elas serão confiscadas ou serão forçadas a competir com empresas subsidiadas pelo governo. O temor tende a reprimir ainda mais os investimentos produtivos, o que gera um decréscimo no padrão de vida.

O argumento que decide a questão, e que é utilizado corretamente pelos = oponentes das empresas estatais, é: se operações empresariais são tão desejáveis, por que seguir uma rota tão tortuosa? Por que não abolir o gerenciamento estatal e entregar à iniciativa privada todas as operações? Por que escolher o caminho mais difícil de tentar imitar o ideal (o gerenciamento privado) quando o ideal pode ser obtido diretamente? A alegação de o governo estar buscando princípios de mercado, portanto, não faz sentido, *mesmo que* a empreitada porventura desse certo.

Nos casos em que o governo não pode nem sequer competir com outras empresas sob essas condições, ele pode arrogar a si próprio um monopólio compulsório, expulsando os concorrentes à força. Isso ocorre, por exemplo, no caso dos Correios. Quando o governo garante a si próprio um monopólio, ele pode ir para o lado oposto dos serviços gratuitos: ele pode passar a cobrar um preço de monopólio. Cobrar um preço de monopólio — o oposto a um preço de livre mercado — distorce os recursos e cria uma escassez artificial do bem em questão. Também gera uma qualidade de serviços extremamente baixa. Um monopólio estatal não precisa se preocupar com a

possibilidade de seus clientes recorrerem à concorrência ou com o fato de que a ineficiência possa significar o fim de suas operações. Da mesma maneira, somente o governo pode fazer anúncios vaidosos de que vai cortar serviços para economizar. Na iniciativa privada, só é possível economizar exitosamente melhorando a eficiência dos serviços prestados.

Uma razão adicional para a ineficiência governamental já foi mencionada: os funcionários não têm incentivos para ser eficientes. De fato, as habilidades que eles vão desenvolver não serão habilidades econômicas voltadas para a produção, mas *habilidades políticas* — tais como conchavos políticos, esquemas de propina em licitações, loteamentos de cargos para apadrinhados políticos, bajulação de pessoas em altos cargos públicos e tentativas de seduzir demagogicamente o eleitorado. Essas habilidades são muito diferentes das habilidades produtivas, e consequentemente as pessoas que ascendem ao topo na política são diferentes daquelas que obtêm êxito no mercado.

É particularmente absurdo clamar por “princípios de mercado” quando se tem uma empresa estatal funcionando como monopólio. Periodicamente, há demandas para que os Correios sejam geridos “como uma empresa privada” e assim acabem com seus déficits, que são pagos pelo contribuinte. Mas acabar com o déficit em uma operação governamental que é necessariamente e inerentemente ineficiente não significa que se está adotando princípios da iniciativa privada. Para se fazer isso (acabar com déficit), os preços dos serviços teriam de ser elevados a níveis de preços monopolísticos, de modo que seja possível cobrir os custos das ineficiências do governo. Porém, um preço de monopólio irá gerar um fardo excessivo sobre os usuários dos serviços postais, principalmente quando se sabe que o monopólio é compulsório.

Por outro lado, já vimos que mesmo os monopolistas precisam agir de acordo com a curva de demanda dos consumidores. Se essa demanda for suficientemente elástica, é bem possível que um preço de monopólio reduza as receitas a tal ponto que um preço maior fará com que os déficits *umentem* ao invés de diminuir. Um exemplo famoso foi o do metrô de Nova York nas décadas de 1960 e 1970: no intuito de zerar seu déficit, a administração do metrô começou a aumentar as tarifas. Resultado: o volume de passageiros caiu tão drasticamente que o déficit aumentou ainda mais.

Empreendimentos governamentais não apenas irão obstruir e reprimir o investimento privado e o empreendedorismo no mesmo setor em que o estado atua ou em outros setores da economia, mas também irão desorganizar todo o mercado de trabalho. Pois (a) o governo irá diminuir a produção e o padrão de vida da sociedade ao desviar para a burocracia a mão-de-obra potencialmente produtiva; (b) ao utilizar fundos confiscados, o governo será capaz de pagar aos seus burocratas

um salário maior que o de mercado, o que fará com que os parasitas que buscam empregos no setor público clamem por uma expansão da improdutiva máquina burocrática; e (c) por meio dos altos salários, todos financiados via impostos, o governo pode iludir trabalhadores e sindicatos a crer que esses representam de fato os salários do setor privado, o que levará os sindicatos a exigir salários mais altos, causando desemprego desnecessário.

Ademais, as empresas estatais, que se baseiam na coerção do consumidor, dificilmente substituirão seus valores por aqueles de seus consumidores. Logo, serviços de baixa qualidade e artificialmente padronizados — modelados de acordo com o gosto e a conveniência do governo — seguirão impávidos, em contraste com aqueles ofertados no livre mercado, onde serviços diversificados e de alta qualidade são ofertados de modo a satisfazer os gostos variados de uma multiplicidade de indivíduos.

Um cartel ou uma empresa não podem ser proprietários de todos os meios de produção de uma economia. Pois se fossem, não poderiam calcular preços e alocar os fatores de maneira racional. Essa é a razão por que o socialismo não foi capaz de planejar e tampouco alocar racionalmente. Com efeito, mesmo dois ou mais estágios de produção não poderiam ser *completamente* integrados verticalmente no mercado, pois a total integração iria eliminar todo um segmento do mercado e estabelecer uma ilha de caos calculacional e alocacional, ilha essa que iria impossibilitar o planejamento ótimo dos lucros e a satisfação máxima dos consumidores.

No caso da simples gerência estatal, surge uma outra extensão dessa tese. Pois *cada* empresa governamental introduz sua própria ilha de caos na economia; *não é preciso esperar pelo socialismo para que o caos comece a reinar*. Uma empresa governamental jamais poderá determinar preços ou custos ou alocar fatores ou fundos de maneira racional e maximizadora do bem estar. Nenhuma empresa estatal pode ser estabelecida “em caráter de mercado” mesmo que tal desejo estivesse presente. Logo, qualquer operação estatal cria um ponto de caos dentro da economia. E dado que todos os mercados são interconectados na economia, cada atividade governamental desorganiza e distorce os preços, a alocação dos fatores, a razão entre consumo e investimento etc.

Todo e qualquer empreendimento governamental não apenas diminui as utilidades sociais do consumidores — ao forçar a alocação de fundos para fins outros que não aqueles desejados pelo público —, como também diminui a utilidade de todos os indivíduos (incluindo, talvez, as utilidades dos funcionários do governo), pois distorce o mercado e difunde o caos calculacional. Quanto maior a extensão da participação do estado, mais pronunciado será esse impacto.

Além das consequências puramente econômicas, a gerência estatal cria outro tipo de impacto na sociedade: ela necessariamente substitui a harmonia do livre mercado pelos conflitos. Dado que serviços governamentais significam serviços decididos por uma equipe de tomadores de decisão, a consequência real é que os serviços passam a ser uniformes. Os desejos de todos aqueles que foram forçados, direta ou indiretamente, a pagar pelos serviços estatais não poderão ser satisfeitos. Apenas alguns formatos desses serviços poderão ser ou serão ofertados pela agência governamental. Como resultado, empreendimentos estatais criam enormes conflitos de casta entre os cidadãos, cada qual tendo uma ideia diferente sobre a melhor forma de serviço.

Um notável exemplo disso são as escolas públicas. Alguns pais ainda preferem escolas segregadas por gênero; outros preferem educação integrada. Alguns pais querem que seus filhos aprendam socialismo; outros querem ensino anti socialista nas escolas. Não há maneira de o governo solucionar esses conflitos. Ele pode apenas impor a vontade da maioria (ou uma “interpretação” burocrática dela) por meio da coerção e com isso deixar uma minoria — quase sempre significativa — insatisfeita e rancorosa. Qualquer que seja o tipo de escola pública escolhida, alguns grupos de pais irão sofrer. Por outro lado, não há conflitos desse tipo no livre mercado, que fornece qualquer tipo de serviço demandado. No mercado, aqueles que querem escolas separadas por gênero ou integradas, socialistas ou individualistas, podem ter seus desejos satisfeitos. Torna-se óbvio, portanto, que a oferta governamental de serviços — em oposição à oferta privada — reduz a qualidade de vida de grande parte da população.

Portanto, ao ponderar a questão do gerenciamento privado versus gerenciamento estatal de qualquer empreendimento, é preciso ter em mente as seguintes conclusões da nossa análise:

1. Todo e qualquer serviço pode ser ofertado privadamente no mercado;
2. A iniciativa privada e o livre mercado são mais eficientes em ofertar serviços de melhor qualidade a custos mais baixos;
3. A alocação de recursos em um empreendimento privado irá melhor satisfazer as demandas dos consumidores, ao passo que um empreendimento estatal irá distorcer alocações e criar ilhas de caos calculacional;
4. Empreendimentos estatais irão reprimir a atividade privada tanto nas empresas que concorrem diretamente com o estado como nas que estão em outras áreas.

5. Empreendimentos privados no livre mercado asseguram uma harmoniosa e cooperativa satisfação de desejos, ao passo que empreendimentos estatais criam conflitos de casta.

---

Este artigo é um trecho de *Man, Economy an the State with Power and Market* e foi publicado no [Instituto Mises Brasil](#).

Ouça esse artigo no [YouTube](#) e no [Spotify](#).

[Retornar ao sumário](#)

# Nações por consentimento

Murray Rothbard

**O**s libertários tendem a se concentrar em duas importantes unidades de análise: o indivíduo e o estado. No entanto, um dos eventos mais dramáticos e significativos do nosso tempo tem sido o ressurgimento, de forma explosiva, nos últimos cinco anos, de um terceiro e muito negligenciado aspecto do mundo real: a "nação". Quando a "nação" é sequer considerada, ela normalmente aparece associada ao estado, como na expressão comum "estado-nação"; mas esse conceito toma um desenvolvimento particular dos séculos recentes e o elabora como uma máxima universal. Nos últimos cinco anos, porém, temos visto, como corolário do colapso do comunismo na União Soviética e na Europa Oriental, uma decomposição vívida e surpreendentemente rápida do estado centralizado, ou do suposto estado-nação, em suas nacionalidades constituintes. A nação genuína, ou nacionalidade, fez uma reaparição dramática no palco mundial.

## I. O Ressurgimento da nação

A "nação", é claro, não é a mesma coisa que o estado, uma diferença que libertários e liberais clássicos anteriores, como Ludwig von Mises e Albert Jay Nock, compreendiam perfeitamente. Libertários contemporâneos frequentemente assumem, de forma equivocada, que os indivíduos estão ligados entre si apenas pelo nexos da troca de mercado. Eles esquecem que todos necessariamente nascem em uma família, em uma língua e em uma cultura. Cada pessoa nasce em uma ou várias comunidades sobrepostas, geralmente incluindo um grupo étnico, com valores específicos, culturas, crenças religiosas e tradições. Em geral, nasce em um "país". E sempre nasce em um contexto histórico específico de tempo e lugar, isto é, um determinado bairro e uma determinada área territorial.

O moderno estado-nação europeu, a típica "grande potência", não começou como uma nação propriamente dita, mas como uma conquista "imperial" de uma nacionalidade, geralmente situada no "centro" do país resultante, e baseada na cidade capital, sobre outras nacionalidades na periferia. Como uma "nação" é um complexo de sentimentos subjetivos de nacionalidade baseados em realidades objetivas, os estados centrais imperiais tiveram graus variados de sucesso em forjar, entre as nacionalidades submetidas na periferia, um senso de unidade nacional

que incorporasse a submissão ao centro imperial. Na Grã-Bretanha, os ingleses nunca erradicaram de fato as aspirações nacionais entre as nacionalidades celtas submersas, os escoceses e os galeses, embora o nacionalismo corno pareça ter sido em grande parte eliminado. Na Espanha, os castelhanos conquistadores, baseados em Madri, jamais conseguiram, como o mundo viu nas Olimpíadas de Barcelona, apagar o nacionalismo entre catalães, bascos ou mesmo galegos e andaluzes. Os franceses, partindo de sua base em Paris, nunca conseguiram domar totalmente os bretões, os bascos ou o povo do Languedoc.

É hoje amplamente conhecido que o colapso da União Soviética, centralizadora e imperial, levantou a tampa que reprimia dezenas de nacionalismos anteriormente suprimidos dentro da antiga URSS, e torna-se cada vez mais claro que a própria Rússia, ou, mais precisamente, a “República Federativa Russa”, é simplesmente uma formação imperial um pouco mais antiga, na qual os russos, partindo de seu centro em Moscou, incorporaram à força muitas nacionalidades, incluindo os tártaros, os iacutos, os chechenos e muitos outros. Grande parte da URSS teve origem na conquista imperial russa do século XIX, período durante o qual russos e britânicos, em choque entre si, conseguiram dividir grande parte da Ásia Central.

A “nação” não pode ser definida com precisão; trata-se de uma constelação complexa e variável de diferentes formas de comunidades, línguas, grupos étnicos ou religiões. Algumas nações ou nacionalidades, como os eslovenos, são ao mesmo tempo um grupo étnico distinto e uma língua; outras, como os grupos em guerra na Bósnia, pertencem ao mesmo grupo étnico e falam a mesma língua, mas diferem na forma do alfabeto e entram em choques violentos por motivos religiosos (os sérvios ortodoxos orientais, os croatas católicos e os muçulmanos bósnios, que, para tornar a situação ainda mais complexa, eram originalmente adeptos da heresia maniqueísta bogomila).

A questão da nacionalidade torna-se ainda mais complexa pela interação entre a realidade objetiva existente e as percepções subjetivas. Em alguns casos, como as nacionalidades da Europa Oriental sob os Habsburgos ou os irlandeses sob os britânicos, os nacionalismos, incluindo línguas submersas e por vezes moribundas, precisaram ser conscientemente preservados, gerados e expandidos. No século XIX, isso foi realizado por uma elite intelectual determinada, lutando para reviver periferias que viviam sob o domínio e parcialmente absorvidas pelo centro imperial.

## **II. A Falácia da “segurança coletiva”**

O problema da nação foi agravado no século XX pela influência predominante do wilsonismo sobre a política externa dos Estados Unidos

e do mundo em geral. Não me refiro à ideia de “autodeterminação nacional”, observada principalmente em sua violação após a Primeira Guerra Mundial, mas ao conceito de “segurança coletiva contra a agressão”. A falha fatal desse conceito sedutor é que ele trata os estados-nação por analogia com agressores individuais, com a “comunidade mundial” assumindo o papel de um policial de esquina. O policial, por exemplo, vê A agredindo ou roubando a propriedade de B; naturalmente, corre para defender a propriedade privada de B, seja em sua pessoa ou em seus bens. Da mesma forma, presume-se que as guerras entre duas nações ou estados tenham um aspecto semelhante: o estado A invade, ou “agride”, o estado B; o estado A é prontamente rotulado como “o agressor” pelo “policial internacional” ou por seu suposto substituto, seja a Liga das Nações, as Nações Unidas, o presidente ou o secretário de estado dos Estados Unidos, ou o editorialista do *New York Times* de agosto. Em seguida, a força policial mundial, seja qual for sua forma, é supostamente chamada a entrar imediatamente em ação para deter o “princípio da agressão” ou para impedir o “agressor”, seja Saddam Hussein ou as guerrilhas sérvias na Bósnia, de cumprir seus supostos objetivos de atravessar o Atlântico a nado e assassinar todos os habitantes de Nova York ou de Washington, D.C.

Uma falha crucial nessa linha popular de argumentação vai muito além da discussão usual sobre se o poder aéreo americano ou as tropas dos Estados Unidos realmente conseguem erradicar iraquianos ou sérvios sem grandes dificuldades. A falha crucial está na suposição implícita de toda a análise: a de que todo estado-nação “possui” integralmente sua área geográfica da mesma maneira justa e apropriada com que cada proprietário individual possui sua própria pessoa e a propriedade que herdou, pela qual trabalhou ou que adquiriu por meio de trocas voluntárias. Será que a fronteira do estado-nação típico é realmente tão justa ou tão incontestável quanto a sua ou a minha casa, propriedade rural ou fábrica?

Parece-me que não apenas o liberal clássico ou o libertário, mas qualquer pessoa de bom senso que reflita sobre esse problema, deve responder com um enfático “não”. É absurdo designar cada estado-nação, com sua fronteira autoproclamada tal como existe em um dado momento, como algo intrinsecamente correto e sacrossanto, cada qual com sua “integridade territorial” a ser mantida tão imaculada e inviolável quanto a sua ou a minha própria pessoa física ou propriedade privada. Invariavelmente, é claro, essas fronteiras foram adquiridas por meio da força e da violência, ou por acordos interestatais firmados acima e além das cabeças dos habitantes locais; e, invariavelmente, essas fronteiras se alteram consideravelmente ao longo do tempo, de maneiras que tornam verdadeiramente risíveis as proclamações de “integridade territorial”.

Tomemos, por exemplo, a confusão atual na Bósnia. Apenas alguns anos

atrás, a opinião do *establishment*, a opinião consagrada da esquerda, da direita ou do centro, proclamava em altos brados a importância de manter a "integridade territorial" da Iugoslávia e denunciava amargamente todos os movimentos secessionistas. Agora, pouco tempo depois, esse mesmo *establishment*, que até recentemente defendia os sérvios como campeões da "nação iugoslava" contra movimentos secessionistas perversos que tentariam destruir essa "integridade", passa a vilipendiar e desejar esmagar os sérvios por "agressão" contra a "integridade territorial" da "Bósnia" ou da "Bósnia-Herzegovina", uma "nação" fabricada, que não tinha mais existência do que a "nação de Nebraska" antes de 1991. Mas são essas as armadilhas nas quais inevitavelmente cairemos se permanecermos presos à mitologia do "estado-nação", cuja fronteira contingente em um tempo  $t$  deve ser defendida como se fosse uma entidade proprietária, dotada de seus próprios "direitos" sagrados e invioláveis, em uma analogia profundamente falha com os direitos da propriedade privada.

Para adotar uma excelente estratégia de Ludwig von Mises, abstraindo das emoções contemporâneas: postulemos dois estados-nação contíguos, "Ruritânia" e "Fredônia". Suponhamos que a Ruritânia tenha subitamente invadido o leste da Fredônia e o reivindique como seu. Devemos condenar automaticamente a Ruritânia por seu maligno "ato de agressão" contra a Fredônia e enviar tropas, seja literal ou metaforicamente, contra os brutais ruritanos e em defesa da "corajosa e pequena" Fredônia? De modo algum. Pois é perfeitamente possível que, digamos, há dois anos, o leste da Fredônia fosse parte integrante da Ruritânia, fosse, na verdade, a Ruritânia ocidental, e que os Rurs, habitantes étnicos e nacionais da região, venham clamando há dois anos contra a opressão fredoniana. Em suma, especialmente nas disputas internacionais, valem as imortais palavras de W. S. Gilbert:

"As coisas raramente são o que parecem,

O leite desnatado disfarça-se de creme".

O querido policial internacional, seja Boutros Boutros-Ghali, tropas dos Estados Unidos ou o editorialista do *New York Times*, faria bem em pensar mais de duas vezes antes de se lançar ao combate.

Os americanos são particularmente inadequados para o papel wilsoniano, por eles mesmos proclamado, de moralistas e policiais do mundo. O nacionalismo nos Estados Unidos é peculiarmente recente e é mais uma ideia do que algo enraizado em grupos étnicos ou nacionalidades de longa data, ou em lutas históricas prolongadas. Some-se a essa mistura letal o fato de que os americanos praticamente não têm memória histórica, e isso os torna especialmente inadequados para entrar atropelando e intervir nos Bálcãs, onde quem tomou qual lado, em que lugar, na guerra contra os invasores turcos no século XV é, para a maioria dos contendores, algo muito mais importante e real

do que o jantar de ontem.

Libertários e liberais clássicos, que estão particularmente bem equipados para repensar toda a área confusa do estado-nação e das relações exteriores, ficaram excessivamente envolvidos na Guerra Fria contra o comunismo e a União Soviética para se dedicarem a uma reflexão fundamental sobre essas questões. Agora que a União Soviética colapsou e a Guerra Fria terminou, talvez os liberais clássicos se sintam livres para pensar de novo sobre esses problemas de importância crítica.

### **III. Repensando a secessão**

Em primeiro lugar, podemos concluir que nem todas as fronteiras estatais são justas. Um dos objetivos dos libertários deveria ser transformar os estados-nação existentes em entidades nacionais cujas fronteiras pudessem ser consideradas justas, no mesmo sentido em que as fronteiras da propriedade privada são justas; isto é, decompor os atuais estados-nação coercitivos em nações genuínas, ou nações por consentimento.

No caso, por exemplo, dos fredonianos orientais, os habitantes deveriam poder se separar voluntariamente da Fredônia e unir-se a seus compatriotas na Ruritânia. Mais uma vez, os liberais clássicos devem resistir ao impulso de dizer que as fronteiras nacionais “não fazem diferença”. É verdade, naturalmente, como os liberais clássicos proclamam há muito tempo, que quanto menor for o grau de intervenção governamental tanto na Fredônia quanto na Ruritânia, menor será a diferença produzida por tal fronteira. Mas mesmo sob um estado mínimo, as fronteiras nacionais ainda fariam diferença, e, muitas vezes, uma grande diferença, para os habitantes da região. Pois em que língua, ruritana, fredoniana ou ambas, estarão as placas de rua, as listas telefônicas, os procedimentos judiciais ou as aulas nas escolas da área?

Em suma, todo grupo, toda nacionalidade, deveria ter permissão para se separar de qualquer estado-nação e para se unir a qualquer outro estado-nação que concorde em aceitá-lo. Essa reforma simples contribuiria enormemente para o estabelecimento de nações baseadas no consentimento. Os escoceses, se assim desejarem, deveriam ser autorizados pelos ingleses a deixar o Reino Unido, tornar-se independentes e até mesmo unir-se a uma Confederação Gaélica, caso isso seja do interesse de seus integrantes.

Uma resposta comum à perspectiva de um mundo com nações em proliferação é a preocupação com a multiplicidade de barreiras comerciais que poderiam ser erguidas. Mas, mantidas as demais condições constantes, quanto maior o número de novas nações e quanto menor o tamanho de cada uma, melhor. Pois seria muito mais difícil

semear a ilusão de autossuficiência se o slogan fosse “Compre apenas produtos da Dakota do Norte” ou mesmo “Compre apenas da Rua 56”, do que é hoje convencer o público a “Comprar apenas produtos americanos”. De modo semelhante, gritos como “Abaixo a Dakota do Sul” ou mesmo um slogan como “Abaixo a Rua 55” seriam muito mais difíceis de vender do que espalhar o medo ou o ódio aos japoneses. Da mesma forma, os absurdos e as consequências infelizes da moeda fiduciária de papel seriam muito mais evidentes se cada província, ou cada bairro, ou cada quarteirão imprimisse a sua própria moeda. Um mundo mais descentralizado teria muito mais probabilidade de recorrer a mercadorias sólidas de mercado, como o ouro ou a prata, como base de seu dinheiro.

#### **IV. O modelo anarcocapitalista puro**

Apresento neste artigo o modelo anarco-capitalista puro não tanto para defendê-lo *per se*, mas para propô-lo como um guia para a resolução de disputas contemporâneas espinhosas acerca da nacionalidade. O modelo puro, de forma simples, estabelece que nenhuma área de terra, nenhum metro quadrado do mundo, deve permanecer “pública”; cada metro quadrado de terra, sejam ruas, praças ou bairros, deve ser privatizado. A privatização total ajudaria a resolver problemas de nacionalidade, muitas vezes de maneiras surpreendentes, e sugiro que os estados existentes, ou estados liberais clássicos, procurem aproximar-se desse sistema, mesmo enquanto algumas áreas de terra permaneçam na esfera governamental.

#### **Fronteiras abertas, ou o problema de *O Acampamento dos Santos***

A questão das fronteiras abertas, ou da imigração livre, tornou-se um problema cada vez mais crescente para os liberais clássicos. Isso ocorre, em primeiro lugar, porque o estado de bem-estar social subsidia cada vez mais os imigrantes para que entrem e recebam assistência permanente; e, em segundo lugar, porque as fronteiras culturais têm sido cada vez mais inundadas. Comecei a repensar minhas posições sobre imigração quando, com o colapso da União Soviética, tornou-se claro que russos étnicos haviam sido incentivados a se deslocar em massa para a Estônia e a Letônia com o objetivo de destruir as culturas e as línguas desses povos. Anteriormente, fora fácil descartar como irrealista o romance anti-imigração de Jean Raspail, *O Acampamento dos Santos*, no qual praticamente toda a população da Índia decide se mudar, em pequenas embarcações, para a França, e os franceses, contaminados pela ideologia progressista, são incapazes de reunir a vontade necessária para impedir a destruição econômica e cultural da

nação. À medida que os problemas culturais e do estado de bem-estar se intensificaram, tornou-se impossível continuar descartando as preocupações de Raspail.

Entretanto, ao repensar a imigração com base no modelo anarco-capitalista, tornou-se claro para mim que um país totalmente privatizado não teria “fronteiras abertas” de forma alguma. Se cada parcela de terra de um país fosse propriedade de alguma pessoa, grupo ou corporação, isso significaria que nenhum imigrante poderia entrar ali sem ser convidado a fazê-lo e sem ter permissão para alugar ou adquirir uma propriedade. Um país totalmente privatizado seria tão “fechado” quanto desejassem seus habitantes e proprietários. Fica claro, portanto, que o regime de fronteiras abertas que existe *de facto* nos Estados Unidos equivale, na realidade, a uma abertura compulsória imposta pelo estado central, o estado que controla todas as ruas e áreas de terra pública, e não reflete genuinamente os desejos dos proprietários.

Sob a privatização total, muitos conflitos locais e problemas de “externalidades”, não apenas o problema da imigração, seriam resolvidos de maneira ordenada. Com cada localidade e cada bairro pertencendo a empresas privadas, corporações ou comunidades contratuais, a verdadeira diversidade prevaleceria, de acordo com as preferências de cada comunidade. Alguns bairros seriam etnicamente ou economicamente diversos, enquanto outros seriam etnicamente ou economicamente homogêneos. Algumas localidades permitiriam pornografia, prostituição, drogas ou abortos; outras proibiriam alguns ou todos esses comportamentos. As proibições não seriam impostas pelo estado, mas simplesmente requisitos para a residência ou para o uso da área de terra pertencente a alguma pessoa ou comunidade. Embora estatistas, ansiosos por impor seus valores a todos os demais, ficariam frustrados, todo grupo ou interesse ao menos teria a satisfação de viver em bairros compostos por pessoas que compartilham seus valores e preferências. Embora a propriedade de bairros não proporcionasse uma utopia nem uma panaceia para todos os conflitos, ela ao menos ofereceria uma solução “menos pior” com a qual a maioria das pessoas estaria disposta a conviver.

## **Enclaves e Exclaves**

Um problema óbvio relacionado à secessão de nacionalidades a partir de estados centralizados diz respeito às áreas mistas, ou seja, aos enclaves e exclaves. A decomposição do inchado estado-nação central da Iugoslávia em suas partes constituintes resolveu muitos conflitos ao conceder nacionalidade independente a eslovenos, sérvios e croatas; mas e quanto à Bósnia, onde muitas cidades e vilas são mistas? Uma solução é incentivar ainda mais do mesmo, por meio de uma descentralização ainda maior. Se, por exemplo, o leste de Sarajevo é

sérvio e o oeste de Sarajevo é muçulmano, então cada parte passaria a integrar suas respectivas nações separadas.

Mas isso, naturalmente, resultará em um grande número de enclaves, partes de nações cercadas por outras nações. Como isso pode ser resolvido? Em primeiro lugar, o problema de enclaves e exclaves já existe atualmente. Um dos conflitos mais cruéis existentes, no qual os Estados Unidos ainda não se intrometeram porque ele ainda não foi exibido pela CNN, é o problema de Nagorno-Karabakh, um exclave armênio totalmente cercado pelo, e, portanto, formalmente situado dentro do, Azerbaijão. Nagorno-Karabakh deveria claramente fazer parte da Armênia. Mas como, então, os armênios de Karabakh evitarão seu destino atual de bloqueio imposto pelos azeris, e como evitarão batalhas militares ao tentar manter aberto um corredor terrestre até a Armênia?

Sob a privatização total, é claro, esses problemas desapareceriam. Atualmente, ninguém nos Estados Unidos compra um terreno sem se certificar de que o título de propriedade esteja claro; da mesma forma, em um mundo plenamente privatizado, os direitos de acesso seriam, evidentemente, uma parte crucial da propriedade da terra. Em tal mundo, portanto, os proprietários de Karabakh se certificariam de ter adquirido direitos de acesso por meio de um corredor de terras azeris.

A descentralização também oferece uma solução viável para o conflito permanente aparentemente insolúvel na Irlanda do Norte. Quando os britânicos dividiram a Irlanda no início da década de 1920 concordaram em realizar uma segunda partição, mais detalhada e micror regulada. Eles nunca levaram essa promessa adiante. Se os britânicos permitissem, porém, um plebiscito de partição minucioso, paróquia por paróquia, na Irlanda do Norte, a maior parte da área territorial, de maioria católica, provavelmente se separaria e se uniria à República: condados como Tyrone e Fermanagh, o sul de Down e o sul de Armagh, por exemplo. Os protestantes provavelmente ficariam com Belfast, o condado de Antrim e outras áreas ao norte de Belfast. O principal problema remanescente seria o enclave católico dentro da cidade de Belfast, mas, novamente, uma aproximação ao modelo anarco-capitalista poderia ser alcançada permitindo-se a compra de direitos de acesso ao enclave.

Enquanto se aguarda a privatização total, é claro que nosso modelo pode ser aproximado, e os conflitos, minimizados, ao se permitir a secessão e o controle local até o nível de microbairros, bem como ao se desenvolver direitos contratuais de acesso para enclaves e exclaves. Nos Estados Unidos, ao avançar em direção a uma descentralização tão radical, torna-se importante que libertários e liberais clássicos, e, de fato, muitos outros grupos minoritários ou dissidentes, passem a enfatizar ao máximo a esquecida Décima Emenda e a tentar decompor o papel e o poder da Suprema Corte centralizadora. Em vez de tentar

colocar pessoas da própria persuasão ideológica na Suprema Corte, seu poder deveria ser reduzido e minimizado tanto quanto possível, e decomposto em instâncias judiciais estaduais ou mesmo locais.

## **Cidadania e Direito ao Voto**

Um problema atual particularmente espinhoso gira em torno de quem se torna cidadão de um determinado país, uma vez que a cidadania confere direitos de voto. O modelo anglo-americano, no qual todo bebê nascido no território do país automaticamente se torna cidadão, claramente incentiva a imigração motivada pelo estado de bem-estar por parte de pais expectantes. Nos Estados Unidos, por exemplo, um problema atual é o de imigrantes ilegais cujos bebês, se nascerem em solo americano, tornam-se automaticamente cidadãos e, assim, passam a dar a si próprios e a seus pais direito a pagamentos permanentes de assistência social e a atendimento médico gratuito. Claramente, o sistema francês, no qual é necessário nascer de um cidadão para se tornar automaticamente cidadão, está muito mais próximo da ideia de uma nação baseada no consentimento.

Também é importante repensar todo o conceito e a função do voto. Alguém deveria ter um "direito" de votar? Rose Wilder Lane, teórica libertária americana de meados do século XX, certa vez foi questionada se acreditava no sufrágio feminino. "Não", respondeu ela, "e também sou contra o sufrágio masculino". Letões e estonianos enfrentaram de forma coerente o problema dos imigrantes russos ao permitir que continuem permanentemente como residentes, mas sem lhes conceder cidadania e, portanto, o direito ao voto. Os suíços acolhem trabalhadores temporários convidados, mas desencorajam severamente a imigração permanente e, *a fortiori*, a cidadania e o direito ao voto.

Voltemo-nos, mais uma vez, para o modelo anarco-capitalista em busca de esclarecimento. Como seria o voto em uma sociedade totalmente privatizada? Não apenas o voto seria diverso, mas, mais importante ainda, quem realmente se importaria com isso? Provavelmente, a forma de voto mais profundamente satisfatória para um economista é a da corporação, ou sociedade por ações, na qual o voto é proporcional à participação de cada um na propriedade dos ativos da empresa. Mas também existem, e existiriam, uma miríade de clubes privados de todos os tipos. Costuma-se supor que as decisões dos clubes são tomadas com base em um voto por membro, mas isso geralmente não é verdade. Sem dúvida, os clubes mais bem administrados e mais agradáveis são aqueles dirigidos por uma pequena oligarquia autoperpetuante dos membros mais capazes e interessados, um sistema mais agradável tanto para o membro comum, sem direito a voto, quanto para a elite dirigente. Se eu sou um membro comum de, digamos, um clube de xadrez, por que deveria me preocupar em votar se estou satisfeito com

a forma como o clube é administrado? E, se eu estiver interessado em dirigir as coisas, provavelmente seria convidado a integrar a elite governante por essa oligarquia agradecida, sempre à procura de membros enérgicos. E, por fim, se eu estiver insatisfeito com a forma como o clube é administrado, posso facilmente me retirar e ingressar em outro clube, ou até mesmo formar um próprio. Essa, evidentemente, é uma das grandes virtudes de uma sociedade livre e privatizada, seja quando consideramos um clube de xadrez, seja quando consideramos uma comunidade contratual de bairro.

É evidente que, à medida que começamos a avançar em direção ao modelo puro, conforme cada vez mais áreas e aspectos da vida passam a ser privatizados ou micro descentralizados, o voto se tornará cada vez menos importante. É claro que ainda estamos muito distantes desse objetivo. Mas é importante começar, e, sobretudo, transformar nossa cultura política, que trata a “democracia”, ou o “direito” de votar, como o bem político supremo. Na realidade, o processo de votação deveria ser considerado, na melhor das hipóteses, trivial e sem grande importância, e jamais um “direito”, exceto talvez como um mecanismo decorrente de um contrato consensual. No mundo moderno, a democracia ou o voto só é importante para duas finalidades: ou para participar do uso do governo para controlar os outros, ou para utilizá-lo como uma forma de impedir que se seja controlado, seja individualmente, seja como grupo. O voto, contudo, é, na melhor das hipóteses, um instrumento ineficiente de autodefesa, e é muito preferível substituí-lo pela fragmentação completa do poder do governo central.

Em suma, se avançarmos na decomposição e na descentralização do moderno estado-nação centralizador e coercitivo, desconstruindo esse estado em nacionalidades e bairros constituintes, reduziremos simultaneamente o alcance do poder governamental, o escopo e a importância do voto e a extensão do conflito social. O âmbito dos contratos privados e do consentimento voluntário será ampliado, e o estado brutal e repressivo será gradualmente dissolvido em uma ordem social harmoniosa e cada vez mais próspera.

---

Este artigo foi publicado originalmente como um paper no Journal of Libertarian Studies em 1994 e republicado no [Instituto Mises Brasil](#).

Ouça esse artigo no [YouTube](#) e no [Spotify](#).

[Retornar ao sumário](#)

# O mito do socialismo democrático

Murray Rothbard

**E**m qualquer debate entre um socialista e um capitalista de livre mercado, com frequência o socialista rapidamente coloca o defensor do livre mercado na defensiva, e todo o tempo acaba sendo consumido com o defensor do mercado rebatendo ataques à capacidade do sistema de mercado de impedir a desigualdade, os ciclos econômicos, ou até mesmo os supostos estragos da afluência e do "materialismo". Estando na ofensiva, o socialismo emerge impecável e sem mácula, e passa-se a assumir implicitamente, por todos os lados, que a economia de mercado precisa provar seu valor para estar no mesmo patamar moral e ideológico que o socialismo. De fato, a moralidade do socialismo raramente é questionada nessas discussões, com o crítico limitando-se a levantar dúvidas sobre a praticidade ou a viabilidade do socialismo.

No entanto, na realidade, o socialismo não é nem viável nem moral; tanto na teoria quanto na prática, trata-se de um sistema inigualável em brutalidade, despotismo, assassinato em massa e exploração. Ele não merece nenhum respeito solene nem qualquer elogio moral.

Antes de nos voltarmos ao socialismo, a moralidade e também a eficácia do sistema contrastante — o livre mercado — podem ser estabelecidas muito rapidamente. O livre mercado é uma vasta rede de trocas entre duas partes, conduzidas de forma voluntária em cada etapa por cada participante, porque cada um acredita que se beneficiará da troca. Como as trocas e as escolhas são livres e voluntárias, a economia de mercado é harmoniosa e cooperativa, ao mesmo tempo em que permite a mais ampla liberdade para o exercício da escolha individual. E a economia funciona de maneira esplêndida, porque o sistema de preços livres e os incentivos de lucro e prejuízo que emergem desse mercado trazem eficiência e ordem à interação "anárquica", aparentemente caótica, das escolhas livres e voluntárias. Ainda assim, trata-se de uma ordem que surge espontaneamente a partir de escolhas livremente adotadas, e não de uma ordem imposta pela violência ou pela coerção. Um livre mercado desse tipo, em sua forma pura, não existe em nenhum lugar do mundo hoje.

Passemos agora ao contraste com o sistema do socialismo. O que é o socialismo? É a propriedade ou o controle, pelo estado, dos meios de produção na sociedade. Em suma, é o controle total, pelo aparato estatal, dos meios para alcançar virtualmente quaisquer objetivos que

os indivíduos possam buscar na sociedade. Como o estado detém o monopólio sobre os instrumentos de violência, e se distingue de todas as outras organizações ou instituições sociais pelo uso contínuo da violência para atingir seus fins, isso significa que o socialismo é um sistema de violência coercitiva total sobre todos os cidadãos, a ser exercida pelos governantes e administradores do aparato estatal. Se contrastarmos brevemente o socialismo com o livre mercado, podemos ver imediatamente que o socialismo implica a proibição coercitiva, por parte do estado, das inúmeras trocas voluntárias e mutuamente benéficas que compõem a sociedade livre. Em lugar da troca voluntária e do benefício mútuo, o socialismo traz o domínio da coerção máxima, da violência e do comando obrigatório. Por isso, o socialismo tem sido, com razão, rotulado de “economia de comando”.

Em suma, o socialismo coloca as vidas, as fortunas e a honra sagrada de cada cidadão sob o comando total do estado e de sua elite governante. Em nome de maximizar a liberdade humana, em nome de eliminar o domínio de classe e a exploração do homem pelo homem, em nome até mesmo do “desaparecimento natural do estado”, o socialismo entrega todo o poder ao estado e, portanto, à sua classe dominante; dessa forma, o socialismo produz um domínio de classe e um sistema de despotismo e de exploração do homem pelo homem que ganha disparado de todos os sistemas anteriores. Mas o que mais poderíamos esperar de um sistema que coloca todo o poder nas mãos do estado — o estado, o maior assassino em massa, explorador, parasita, ladrão e escravizador de toda a história humana?

Na virada do século XX, tais consequências do aparentemente empolgante novo sistema do socialismo já poderiam ter sido previstas. Mas agora, com quase um século de retrospectiva, está claro demais que a prática socialista confirmou nossa análise. Pois este século assistiu ao surgimento de um grande número de regimes socialistas espalhados por grande parte do globo: Stalin, Hitler, Mao, Castro, e assim por diante. E o que o socialismo produziu neste século senão assassinato em massa, desespero, campos de concentração, escravidão em massa, escassez e fome?

Infelizmente, nas discussões sobre socialismo nos Estados Unidos, os socialistas geralmente foram autorizados a se livrar da responsabilidade com uma ressalva genérica: a de que seria terrivelmente injusto associá-los a Hitler, Stalin e Mao. Afinal, esse não é o tipo de “socialismo” que eles desejam e defendem; de fato, eles sequer consideram esses regimes como “socialistas”, apesar de tais regimes se enquadrarem precisamente na definição linguística geral de socialismo que mencionamos anteriormente. O socialismo deles, dizem, seria povoado por “caras do bem”, e não por aquelas pessoas terríveis que comandaram os regimes socialistas reais deste século.

Mas essas ressalvas simplesmente não são suficientes. A essência do

socialismo não é as pessoas específicas que um determinado socialista gostaria de ver no poder. A essência do socialismo é o próprio sistema: o poder total do estado sobre os meios de produção. E se o resultado de todos os socialismos até agora foi macabro e monstruoso, e se nenhum "humanista" bem-intencionado ainda emergiu, então talvez, como diriam os marxistas, "isso não seja um acidente", mas sim um resultado embutido no próprio sistema. E essa é a nossa tese: que Hitler, Stalin, Mao e outros são tendências sistemáticas inerentes ao próprio socialismo.

Examinemos brevemente as razões de nossa afirmação de que quem diz Socialismo deve, de forma inelutável, também dizer Auschwitz e Gulag.

Em primeiro lugar, há a "Lei de Rothbard", a saber: aquele a quem se concede poder irá utilizá-lo. Se o estado recebe poder total sobre todos os demais membros da sociedade, ele certamente o utilizará tanto para promover um aumento da sua própria riqueza quanto para exercer poder e controle para outros fins, que vão desde o poder pelo poder até esquemas grandiosos de reconstrução social. Daí Auschwitz, Gulag e assim por diante.

Em segundo lugar, há a importante conclusão de Hayek no famoso capítulo de O Caminho da Servidão, com o título "Por que os piores chegam ao poder". Em termos sucintos, essa conclusão sustenta que, para qualquer atividade na sociedade, as pessoas que tenderão a ascender ao topo dessa atividade serão aquelas mais adequadas a ela, seja em termos de capacidade, temperamento ou entusiasmo. O livre mercado seleciona para suas posições de liderança aquelas pessoas que são mais capazes de inovar, de satisfazer os desejos da massa de consumidores de forma melhor e mais eficiente do que qualquer outra. O socialismo, ao contrário, seleciona para suas posições de liderança aquelas pessoas mais hábeis nas funções que desempenham: a saber, burocratas treinados na elaboração de emaranhados de regras e de intrigas cortesãs bizantinas, na bajulação de superiores e no domínio sobre inferiores; e déspotas e capangas hábeis no uso da força e da violência. O mercado, em suma, seleciona Thomas Edison, enquanto o socialismo seleciona comandantes de campos de concentração e torturadores da polícia secreta.

Em terceiro lugar, como o socialismo implica planejamento central, qualquer possível margem para revisões "democráticas" ou para mecanismos de freios e contrapesos será virtualmente inexistente. Pois, sendo o plano centralizado, isso significa que ninguém terá permissão para interferir nele uma vez que o estado e seus "especialistas" tecnocráticos tenham tomado sua decisão. Afinal, quem seriam o público ou mesmo um parlamento para ousar se opor aos planos cuidadosamente escolhidos pelo estado? O papel dos eleitores, seja em eleições gerais, seja em um parlamento, será estritamente plebiscitário:

eles apenas poderão votar sim, para ratificar o plano escolhido pelos planejadores centrais.

Em quarto lugar, outra quimera dos social-democratas é a de que o socialismo seria capaz de preservar as liberdades civis, liberdade de expressão, de imprensa e de reunião, ao mesmo tempo em que manteria um sistema de comando e obediência restrito à esfera puramente econômica. Essas esferas, contudo, não podem ser separadas. Stalin assassinou milhões de camponeses soviéticos não porque fossem dissidentes políticos, mas porque resistiram às expropriações e nacionalizações feitas pelos planejadores centrais soviéticos.

Em quinto lugar, como corolário, as liberdades civis não podem ser mantidas sob o socialismo pela simples razão de que o governo, enquanto proprietário e gestor de todos os meios de produção e de todos os recursos, detém o poder de alocar esses recursos às pessoas e aos usos que favorece. Não pode haver liberdade genuína de expressão, de imprensa ou de reunião se uma única agência coercitiva, o governo, possui o poder exclusivo de alocar todo o papel jornal, papel comum, salões de reunião, gráficas e assim por diante, para os usos que considera preferíveis.

Considere-se, por exemplo, um Conselho de Planejamento Socialista que, com toda a boa vontade do mundo, tenha a tarefa de alocar o precioso e escasso papel de jornal, salões de reunião, prensas gráficas e assim por diante. Alguém consegue imaginar que tal conselho efetivamente destinaria algum desses recursos a um periódico antissocialista? De fato, do ponto de vista deles, por que o fariam? Como resultado, os recursos tenderão a ser alocados àqueles indivíduos ou grupos que desfrutam do favor do regime. Daí os vícios usuais da burocracia: favoritismo, clientelismo e troca de favores proliferarão sob o socialismo, sem os freios dos lucros e prejuízos aos quais estão sujeitos no livre mercado.

Assim, a única liberdade de crítica sob um regime socialista será, como na Rússia e na China, a liberdade de criticar pequenos burocratas nos escalões inferiores, especialmente aqueles que caíram em desgraça perante a elite governante. Mas nenhuma crítica, seja qual for, será permitida aos fundamentos do sistema: à classe dominante ou ao próprio sistema socialista.

Nossa discussão sobre um grupo antissocialista tentando obter do Conselho de Planejamento uma alocação de papel e de prensas gráficas deve esclarecer o verdadeiro significado do famoso caso em que o Conselho de Planejamento soviético se recusou a alocar recursos para a produção de *matzohs* [pão ázimo sem fermento que faz parte da culinária e forma um elemento integral da Páscoa Judaica]. O ponto importante aqui não é que a União Soviética fosse antissemita, como

sustentou a imprensa ocidental. O ponto importante é que é absurdo sequer esperar que um governo socialista comprometido com o ateísmo aloque uma parcela significativa de seus recursos escassos a um grupo religioso minoritário. Esse problema é inerente ao próprio socialismo.

Em sexto lugar, enfatizamos que o governo socialista será o único alocador de recursos, de bens de produção. Consequentemente, ele será o único empregador, a única fonte de empregos na economia. Isso significará que todos na sociedade dependerão totalmente, para sua subsistência, de uma única fonte de emprego ou renda: a classe dominante do aparato estatal. Embora qualquer governo socialista específico possa, graciosamente, permitir que os trabalhadores mudem de ocupação, de emprego ou de local de trabalho, isso só pode ocorrer como uma concessão do governo, e não como um direito humano básico de cada trabalhador, pois o governo sempre permanece como o único empregador. Essa dependência macabra de um único empregador é parte integrante do sistema socialista. É particularmente irônico que socialistas que reclamam amargamente da necessidade de os americanos escolherem entre centenas de milhares de empregadores acreditem que essa suposta condição de dependência possa ser remediada confinando todas as pessoas da sociedade às ternas misericórdias de um único empregador obrigatório! Isso é um remédio para a "alienação"?!

Mais uma vez, as liberdades civis não podem ser asseguradas em uma sociedade desse tipo. Pois críticos e dissidentes podem ser "enviados para a Sibéria", tanto no sentido mais literal quanto no figurado. Afinal, alguém precisa ser alocado para a Sibéria, não é mesmo? Então, quem será na prática: as pessoas favorecidas ou aquelas que o regime considera causadoras de problemas?

E assim, a essência do socialismo é o trabalho forçado. Onde mais, senão sob um regime socialista, um Mao poderia decidir "acabar com a contradição entre o trabalho físico e o trabalho mental" enviando centenas de milhares de estudantes urbanos para viver permanentemente na província fronteiriça de Sinkiang, e forçá-los a cultivar arroz em um clima árido para o bem de suas almas, ou, para usar um termo mais marxista, para o benefício de sua "reeducação"?

Em sétimo lugar, o socialismo com democracia ou liberdades civis é uma quimera, porque o governo socialista necessariamente deterá poder total sobre os processos educacionais: sobre as escolas e sobre os meios de comunicação. De posse desse poder, as facções governantes o utilizarão para tentar moldar uma população submissa, repleta de amor por seus governantes e de uma disposição ansiosa para obedecer a cada uma de suas ordens. Chame isso como quiser, "lavagem cerebral", "centros de reabilitação cultural" ou o que seja, é inevitável que uma elite governante dotada de poder total sobre a educação o utilize para tais fins "sociais", a fim de criar o tão almejado Novo Homem Socialista:

um homem que ame e obedeça a seus governantes e que coloque os comandos destes acima de quaisquer escrúpulos ou considerações pessoais. Esperamos que a natureza humana seja tal que o governo não consiga ter êxito; mas a sociedade se torna um inferno na Terra enquanto os governantes tentam, com todas as forças, alcançar esse objetivo.

Em oitavo lugar, assim como o trabalhador é tratado como lixo sob um sistema socialista, o consumidor também o é. Em uma economia de livre mercado, os consumidores são cortejados e disputados pelas empresas como a única fonte de renda. Todos os termos da troca, da qualidade do produto ao preço, são definidos para agradar aos consumidores e conquistar sua preferência. Mas, sob o socialismo, a renda do estado e de sua burocracia é decidida por eles próprios, e não pelo consumidor. Em vez de ser cortejado e mimado, o consumidor é tratado como uma fonte incômoda de desperdício e de esgotamento dos preciosos recursos escassos do estado. Sob o socialismo, ao consumidor só é concedido, de má vontade, o acesso a suas rações miseráveis.

O resultado de tudo isso é um contraste marcante tanto na qualidade de vida quanto no padrão de vida entre nações socialistas e não socialistas. Os países socialistas são invariavelmente povoados por pessoas cinzentas, pálidas e desanimadas, arrastando-se para enfrentar filas em busca de suas rações; os países ocidentais não socialistas estão repletos de pessoas vivazes e de lojas atraentes, com uma grande variedade de bens de consumo. Veja-se, por exemplo, o contraste entre a Alemanha Oriental e a Alemanha Ocidental, ou mesmo entre a Iugoslávia mais orientada para o mercado e o restante do bloco socialista do Leste Europeu.

Em nono lugar, somando-se a todo esse horror moral e social, o socialismo não funciona; isto é, por carecer de um sistema de preços livres, o socialismo é incapaz de operar uma economia industrial avançada sequer de acordo com os objetivos dos próprios governantes do estado. Uma economia industrial socialista sofrerá graves escassezes, pobreza, fome e colapso e, em última instância, a morte de uma grande parcela de sua população.

Concluimos que Hitler, Stalin, Mao e outros não foram, de modo algum, traidores do socialismo; ao contrário, seus regimes foram a realização plena do socialismo. Voltemo-nos, por exemplo, para o que certamente é um dos regimes mais monstruosos do mundo contemporâneo, naturalmente, um regime socialista: o governo do Camboja. Quando o regime socialista assumiu o controle do Camboja, deparou-se com uma população urbana inchada na capital, Phnom Penh, população essa que havia crescido em razão de refugiados que fugiam da guerra, da devastação e dos bombardeios americanos no interior do país. Mas, sendo socialista, o novo regime decidiu despovoar Phnom Penh por meio da coerção: massas de pessoas foram enviadas para áreas rurais em

uma verdadeira marcha da morte, enquanto indivíduos eram arrancados de hospitais, inclusive no meio de cirurgias, e forçados a marchar para fora da cidade. Que a lógica do socialismo é a brutalidade e a morte nunca foi demonstrado de forma mais clara.

Gostaria de concluir comparando e contrastando as respostas de dois "socialistas democráticos", ambos fervorosos opositores da Guerra do Vietnã, às graves violações de direitos humanos que agora ocorrem, de maneiras variadas, nos países socialistas da Indochina. Um deles é o distinto jornalista francês Jean Lacouture, que se refere com indignação ao novo Camboja socialista como "o país mais hermeticamente fechado do mundo, onde a revolução mais sangrenta da história está agora em curso". Lacouture prossegue:

"O genocídio comum(...) geralmente foi perpetrado contra uma população estrangeira ou contra uma minoria interna. Os novos senhores de Phnom Penh inventaram algo original: o auto-genocídio. Depois de Auschwitz e do Gulag, poderíamos ter pensado que este século já havia produzido o ápice do horror, mas agora estamos testemunhando o suicídio de um povo em nome da revolução; pior ainda: em nome do socialismo".

Lacouture segue descrevendo a situação no Camboja como aquela em que:

"um grupo de intelectuais modernos, formados pelo pensamento ocidental, principalmente pelo pensamento marxista [com fortes misturas de Rousseau], afirma buscar um retorno a uma Idade de Ouro rústica, a uma civilização rural e nacional ideal. E, ao proclamar esses ideais, [esse grupo de intelectuais] está sistematicamente massacrando, isolando e fazendo passar fome populações urbanas e rurais cujo único "crime" foi ter nascido onde nasceram".

Lacouture acrescenta que os súditos do líder cambojano, Khieu Samphan:

"permanecem em um confinamento aterrorizado, uma das decisões mais 'racionais' deste regime: pois como poderia ele permitir que o mundo exterior visse o sepultamento de uma civilização na pré-história, seus massacres? Quando homens que falam de marxismo são capazes de dizer(...) que apenas 1,5 ou 2 milhões de jovens cambojanos, de um total de 6 milhões, seriam suficientes para construir uma sociedade pura, já não se pode simplesmente falar de barbárie; que bárbaros jamais agiram dessa forma? Aqui

há apenas loucura”<sup>33</sup>.

Mas os nobres instintos de Lacouture, nessa questão, ultrapassaram sua inteligência. Pois, os novos governantes do Camboja não são “loucos”. Eles são, simplesmente, socialistas, tentando trazer ao mundo real o Novo Homem Socialista de suas aspirações marxistas-rousseaunianas. Seu sistema social, evidentemente, não é menos horrendo por isso; muito pelo contrário.

Contraste essa reação nobre, porém confusa e sentimental de Lacouture, com a reação do distinto professor de direito internacional de Princeton, Richard A. Falk, às recentes revelações sobre os reconhecidamente muito menos horrendos, mas ainda assim abomináveis, campos de concentração de “reeducação cultural” conduzidos pelo novo governo socialista do Vietnã. Quando líderes sinceramente comprometidos com as liberdades civis e com o pacifismo, como James Forest e Nat Hentoff, conclamaram a esquerda a denunciar esses campos de concentração vietnamitas, examinemos a vergonhosa linguagem esópica da resposta ponderada do professor Falk:

“Referi-me aos problemas especiais enfrentados pelos líderes vietnamitas comprometidos com a construção do socialismo e confrontados com resistência e oposição. Hentoff sustenta que eu acredito que tudo é permitido se for feito para construir uma sociedade socialista, uma visão grotesca à qual me oponho veementemente. Minha posição real é que, no contexto vietnamita, o que foi feito até agora não envolveu abusos sistemáticos ou graves de direitos humanos. O que foi feito foi remover temporariamente da ordem política alguns daqueles que parecem obstrutivos em um período de emergência econômica nacional. Tal remoção pode ser a única alternativa à oposição a um programa de desenvolvimento socialista, uma oposição que violaria a dinâmica da autodeterminação incorporada ao resultado da guerra”<sup>34</sup>.

Encerramos aqui nossa argumentação; pois a obscenidade moral da

---

<sup>33</sup> Jean Lacouture, “The Bloodiest Revolution” (A revolução mais sangrenta), New York Review of Books (31 de março de 1977), pp. 9–10. As “correções” posteriores de Lacouture, muito elogiadas pela esquerda americana, não afetam a essência de seu argumento. Ver Lacouture, “Cambodia: Corrections” (Camboja: Correções), New York Review of Books (26 de maio de 1977), p. 46. Chomsky e Herman rejeitam bruscamente tais declarações de autoridades cambojanas simplesmente porque elas apareceram na imprensa tailandesa. Rejeitar quaisquer declarações relatadas por autoridades governamentais simplesmente porque não foram autorizadas e publicadas pelas próprias autoridades é uma posição singular para autores que presumivelmente aplaudem as denúncias dos horrores do Watergate. Noam Chomsky e Edward S. Herman, “Distortions at Fourth Hand” (Distorções em quarta mão), The Nation, 25 de junho de 1977, pp. 789–794.

<sup>34</sup> The Village Voice, March 21, 1977, p. 4.

posição do professor Falk não deve retirar a consistência fria e implacável de sua perspectiva socialista. Se “remover temporariamente da ordem política” é a expressão esópica com a qual o professor Falk escolhe encobrir a opressão sangrenta, ele está absolutamente correto ao apontar que “tal remoção pode ser a única alternativa à oposição a um programa de desenvolvimento socialista(...)”.

Em suma, o professor Falk enunciou corretamente a escolha que se coloca diante da humanidade: é socialismo ou liberdade humana. É uma coisa ou outra. O socialismo humanista ou democrático é uma quimera, uma contradição em termos.

---

Este artigo foi publicado originalmente como em 1977 no *Libertarian Review* e republicado no [Instituto Mises Brasil](#).

Ouçã esse artigo no [YouTube](#) e no [Spotify](#).

[Retornar ao sumário](#)

# Sobre o Instituto Mises Brasil

**O instituto mises brasil é um *think tank*** voltado à produção e à difusão de estudos econômicos e de ciências sociais que promovam os princípios de livre mercado e de uma sociedade livre. O IMB parte da tradição da Escola Austríaca de Economia e acredita que sua visão de uma sociedade livre deve ser alcançada pelo respeito à propriedade privada, às trocas voluntárias entre indivíduos e à ordem natural dos mercados, sem interferência governamental.

A atuação do IMB se dá por meio de publicações em língua portuguesa, eventos, cursos, conferências e conteúdos digitais que desafiam o pensamento dominante e convidam à reflexão crítica sobre o suposto papel do estado na sociedade contemporânea. Essas ações têm o objetivo de fomentar uma compreensão sólida sobre os fundamentos do livre mercado, do empreendedorismo e do papel do indivíduo como agente central das transformações sociais e econômicas.

O presente e-book é parte da nossa missão. No entanto, fazemos aqui uma importante nota. Embora os artigos tenham sido cuidadosamente selecionados por acreditarmos que oferecem boas lições econômicas e filosóficas, as visões neles expressas não são necessariamente aquelas do Instituto Mises Brasil.

[Retornar ao sumário](#)

# Faça a liberdade conosco!

## Visite o nosso site



[Instituto Mises Brasil](#)

## Conheça os nossos cursos



[Pós-Graduação em Escola Austríaca](#)



[Economia Para Não Economistas](#)

## Siga o Mises Brasil nas redes sociais



[@mises brasil](#)



[@Mises\\_Brasil](#)



[@InstitutoMisesBrasil](#)



[@MisesBrasil](#)



[Mises Mídia](#)

## Assista ao nosso conteúdo



[Podcast Mises Brasil](#)



[Podcast Mises Brasil](#)



[Artigos Lidos](#)

[Retornar ao sumário](#)